

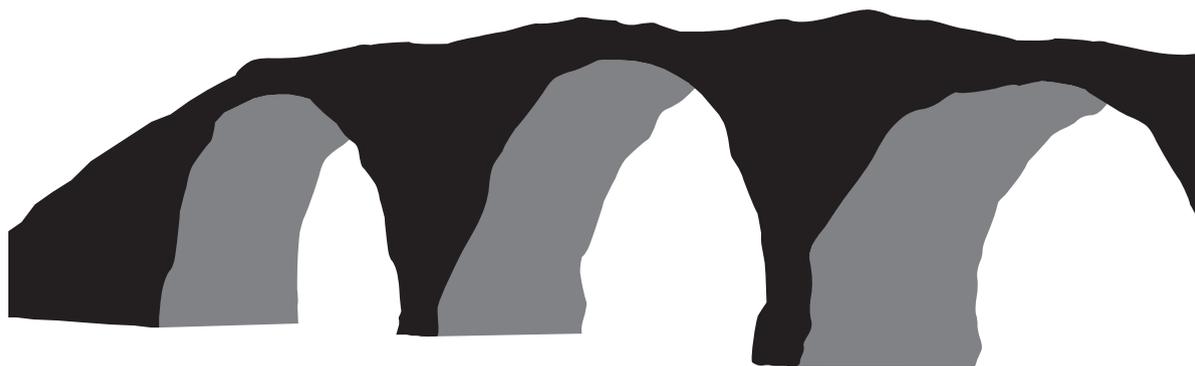
VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica

Volume 1 | Número 2 | Julho–Dezembro 2007

ISSN 1981-5875

ARTEFATOS E VOZES ATIVAS:
CULTURA MATERIAL COMO DISCURSO SOCIAL

Mary C. Beaudry
Lauren J. Cook
Stephen A. Mrozowski



ARTEFATOS E VOZES ATIVAS: CULTURA MATERIAL COMO DISCURSO SOCIAL

Mary C. Beaudry
Lauren J. Cook
Stephen A. Mrozowski

A única maneira de preservar a fantasia de massas inarticuladas é nunca dar ouvidos aos membros dessas massas quando elas são articuladas.

Henry Glassie. *Passing the Time in Ballymenone* (1982)

O estilo antropológico de história... inicia-se com a premissa de que a expressão individual tem seu lugar dentro de um idioma geral.

Robert Darnton. *The Great Cat Massacre and Other Episodes in French Cultural History* (1984)

Transformação e Mediação: as duas características mais essenciais da vida social humana.

Anthony Giddens. *A Contemporary Critique of Historical Materialism* (1981)

EXPRESSIONES MATERIAIS DE CULTURA

Um tema comum que conecta as interpretações do registro material do passado diz respeito às formas como as pessoas se envolvem com o mundo material em uma dada expressão cultural e nas suas negociações da vida cotidiana. A relação entre comportamento e mundo material está longe de ser passiva. Os artefatos são encarnações tangíveis das relações sociais, incorporando atitudes e comportamentos do passado. “A premissa subjacente [do estudo da cultura material] é de que os objetos feitos ou modificados pelo homem refletem, conscientemente ou inconscientemente, diretamente ou indiretamente, as crenças dos indivíduos que os fizeram, negociaram, compraram, ou usaram e, por extensão, as crenças da sociedade mais ampla, às quais eles pertenciam” (Prown, 1988:19).

Os arqueólogos históricos vêm, já há algum tempo, reconhecendo a função essencial que os estudos da cultura material têm em suas pesquisas (ver Ferguson, 1977). James Deetz, talvez o mais criativo expoente no campo dos artefatos como “portador de mensagem”¹, propôs que arqueologia histórica é melhor pensada como “a ciência da cultura material” (Deetz, 1977a: 12). Poucos arqueólogos históricos deram atenção à sua fala. Nesse ínterim, a década passada foi testemunha da emergência e crescimento de estudos da cultura material como um campo fortemente interdisciplinar por si mesma.²

Os estudos da cultura material em arqueologia histórica foram conduzidos, principalmente, dentro do paradigma de pesquisa que até recentemente dominava essa área: o positivismo/empirismo lógico (ver Gibbon, 1989) – e pesquisadores propositadamente evitavam a questão do significado enquanto criticavam os poucos que perseguiam a compreensão de aspectos cognitivos ligados ao uso dos artefatos no passado. Em função disso, somos oprimidos por um legado positivista que produziu uma literatura repleta de estudos descritivos fornecendo detalhes na identificação do artefato, tipologia, e cronologia³, ligados à construção – muitas vezes colorida – de histórias culturais, assim como “modelos explanatórios” que eram generosamente empiristas por natureza. O recente surgimento do interesse em “recuperar o sentido” deriva tanto de uma insatisfação com o velho paradigma quanto de uma inexorável penetração das novas tendências intelectuais da teoria literária, da história e da antropologia, ultrapassando as barreiras de um

¹ Já em 1967, Deetz propôs em sua monografia *Invitation to archaeology* que busquemos compreender os artefatos como elementos semelhantes à linguagem, oferecendo uma formulação para o que ele chamou de *factemes* e *formemes*, como equivalentes da cultura material aos morfemas (palavras) e fonemas (som com significados). Enquanto poucos, tendo entre eles, Deetz, têm feito uso explícito do seu esquema, um significativo número de acadêmicos tem usado modelos lingüísticos como base para a análise da cultura material (e.g., Glassie, 1976; Beaudry, 1978, 1980a, 1980b, 1980c, 1988b; Yentsch, 1988b). Eles têm também aplicado o uso do paradigma estruturalista derivado dos lingüistas (e.g., Deetz, 1977b; Yentsch, n.d., 1988a, 1988c, 1990 e neste volume). Ver Tilley (1989), para uma recente discussão sobre teoria da linguagem e análise de cultura material na arqueologia.

² Para discussões a respeito do crescimento e rumos do estudo da cultura material, ver Prown, 1988; Upton, 1983; St George, 1988a; Roberts, 1985; Wells, 1986. Antologias do estudo da cultura material incluem Bronner, 1985; Quimby, 1978; St George, 1988b; Schlereth, 1980, 1982 e 1985; ver também a revista *Material Culture*.

³ Noel Hume (1969), por exemplo, fornece um importante guia descritivo do período colonial. Stone (1974) emprega o método do tipo-variedade para estabelecer uma tipologia para centenas de artefatos descobertos no sítio de Fort Michilimackinac em Michigan. Harrington (1954), Binford (1962) e Walker (1965, 1967, 1977, 1983), oferecem maneiras para datar sítios e seus níveis pelos cachimbos neles presentes. Binford vale-se de uma fórmula para uma regressão linear baseada nos esforços da Nova Arqueologia ao derivar leis através da quantificação e abordagens baseadas em fórmulas para a análise de dados. South (1977, 1978, 1979), homenageia Binford construindo um espaço de trabalho descritivo abrangente que havia sido lançado por Noel Hume, ao oferecer uma fórmula para datação de louças, discussões acerca da estrutura dos sítios em arqueologia histórica e uma bateria de padrões ahistóricos derivados estatisticamente e baseados em agrupamentos “neutros” de artefatos que, a longo prazo, comprovou-se ser desprovida de significado etnográfico (cf. Yentsch, 1989).

positivismo persistente e intransigente, que fazia parte do pensamento arqueológico dominante.

Aqueles que buscam por significados no registro arqueológico abordam essa questão a partir de uma variedade de perspectivas teóricas, incluindo-se o estruturalismo, a semiótica cognitiva, a teoria econômica, o marxismo e a teoria crítica. Para muitos arqueólogos históricos, as novas abordagens pós-positivistas⁴ oferecem uma oportunidade para a interpretação e explanação da diferença social, o que era impossível sob o modo generalizante do velho paradigma, com seus interesses controlados por regularidades estatísticas. Uma nova preocupação com o intensivo e, muitas vezes, prosopográfico detalhe, presente em estudos de caso cuidadosamente montados, não sinaliza a emergência de um novo particularismo. Esse movimento, segundo Hodder (1987a:2), surgiu porque muitos reconheceram que “a explanação histórica... envolve uma tentativa de se obter uma descrição particular e total, e isso não coloca essa descrição em posição oposta à explanação e à teoria geral. Ao contrário, nossas preocupações antropológicas generalizantes somente podem progredir por intermédio de uma descrição adequada e, por extensão, por uma compreensão, em nossos termos, do particular”

Enquanto a afirmação de Hodder parece desafiar muito do que era dogma na arqueologia histórica, a atenção para as recentes tendências intelectuais revela que mais uma vez os arqueólogos têm sido vítimas do que Leone (1972) chamou de “lapso de paradigma”.⁵

⁴ Embora muitos utilizem o termo “pós-processual” para denominar as tendências mais recentes (cf. Leone, 1986; Hodder, 1989b), consideramo-lo equivocado e impreciso. Os pós-processualistas que assim se denominam reivindicam fazer uma “arqueologia como história de longa-duração” (e.g. Hodder, 1987a) ou “antropologia histórica” (e.g., Little e Shackel, 1989). Por isso, seja qual for sua intenção, estão procurando processos. O pós-processualismo, como o entendemos, rejeita o paradigma empirista estrito da Nova Arqueologia (cf. Gibbon; Courbin, 1988) e tem o intuito de pautar-se por uma preocupação em relação à ideologia, ao simbolismo, ao significado e ao poder na sociedade. Hodder (1989b:70) explica que o termo denota uma tendência geral pós-moderna/pós-estruturalista na arqueologia que visa a romper com a velha dicotomia existente entre, “por um lado, uma arqueologia normativa, histórico-cultural e idealista e, por outro, uma arqueologia processual, ecológica-cultural e materialista”. Nosso interesse na negociação de significados com os artefatos, e através deles, possui uma abordagem processual. Acreditamos que os arqueólogos fazem, eles mesmos, um desserviço, buscando evitar, de forma intencional, um interesse em processos culturais e históricos quando, na verdade, o que estão rejeitando não é o processo, mas um positivismo não salutar. Essas observações podem parecer objeções triviais, mas são, na verdade, concernentes à interpretação dos textos culturais a fim de despertar uma consciência acerca da importância e do poder da linguagem.

⁵ Nem todos os pensadores mais influentes na arqueologia histórica concordariam com isso. Numa publicação recente, Deetz (1988a) assinalou que seu interesse em padrões amplos das estruturas cognitivas refletidos na cultura material tem sido influenciado, de certa forma, pela teoria crítica (uma perspectiva que Deetz assinala como pressagiada por Walter Taylor em *a Study of archaeology*, primeiramente publicado em 1948). Deetz argumenta que os arqueólogos devem usar a “cultura material como uma base de dados primária para a construção de contextos” (1988a:18). Esse é, definitivamente, um ponto de partida, a despeito do fato de que o contexto nunca foi um ponto de partida forte na análise estruturalista. Além disso, essa afirmação indica a preferência do pré-historiador pelo material, em detrimento do documental (ver a nota 18).

Paynter (1984) observou que a epistemologia positivista foi largamente desacreditada por pré-históriadores e outros (cf. Hodder, 1986; Shanks e Tilley, 1987; Leone et al. 1987; Wylie, 1989; mas ver também Earle e Preucel, 1987). Além do mais, muitos arqueólogos históricos parecem operar dentro de um paradigma que outros já abandonaram. Apenas o mais extremo e reducionista dos caçadores de padrão poderia encontrar algum mérito nos estranhos caminhos nos quais os padrões de análise de South (South, 1977, 1978)⁶ e a escala econômica de Miller (1980) tem sido usados. Esse tipo de objetificação se situa fora do domínio de uma investigação antropológica verdadeira e, na verdade, reduz a arqueologia histórica à forma de história econômica mais árida e impessoal.

As tendências recentes do pensamento antropológico e das ciências sociais e humanas como um todo implicam avançar além das “estruturas totalizantes” (Marcus e Fischer, 1986:9):

o pensamento social desde essa época (a década de 1960) tem se desenvolvido com desconfiança em relação à capacidade dos paradigmas abrangentes em dar respostas para as perguntas certas, deixando em aberto uma variedade de respostas locais para a operação de sistemas globais, que não são compreendidos com a mesma certeza de antes, quando estavam sob o regime dos estilos “da grande teoria”. Conseqüentemente, os debates teóricos mais interessantes, em uma variedade de campos, têm se deslocado do nível do método para problemas de epistemologia, interpretação e formas discursivas da própria representação...

O estruturalismo revisado de Sahlins (1981, 1985), que incorpora as estruturas a partir de um interesse pela profundidade temporal histórica, infelizmente tem tido, até o momento, pouca influência na arqueologia. Uma obra recente (Hodder, 1989a) concernente ao significado, o simbolismo e a cultura material contém um total de 25 ensaios, sendo que apenas um deles cita Sahlins. Deetz nega que exista qualquer motivo para preocupação relativa a um “lapso de paradigma” na arqueologia (razão pela qual ele prefere o neologismo *arqueografia* – isso depois de criticar alguns dos seus colegas por comprometerem-se com uma ofensa similar ao usarem o termo *etnoarqueologia*; 1988a:18: “Porque inventar um novo termo quando os dois que já existem cumprem sua função? Uma vez combinados, esses termos não podem ajudar, mas, se considerados juntos, não produzem a mesma significação”). O novo termo de Deetz é um suporte léxico para sua visão de que a teoria reside apenas na etnologia, o que é passível de justificativa, dado o fato de que muitas das teorias empregadas na arqueologia são emprestadas de disciplinas fora da antropologia e de que algumas teorias surgem a partir da própria prática arqueológica. Também parece que a negação de um “lapso de paradigma” é, no mínimo, uma negação implícita da relevância ou da validade de qualquer outra coisa além do paradigma de Deetz de “cultura como construção mental” (1988a:22; ver também Deetz, 1989). Porém, a despeito dos falsos elogios às tendências recentes, Deetz não desistiu do seu interesse pela busca de padrões culturais mais amplos. Sua interpretação mais recente acerca dos padrões de distribuição do *colono ware* na América do Sul (1988b) é um exemplo sagaz e particularmente provocativo de seu uso do paradigma estruturalista “puro”. Todavia, Martin Hall (n.d.:3) corretamente assinala que “os resultados deste método de estruturalismo sincrônico e descontextualizado parecem ser, muitas vezes, descrições brilhantes aguardando explicações”.

⁶ Peña e Peña (1988) fornecem uma exposição muito hábil acerca das deficiências da análise de padrões.

Os teóricos sociais têm preocupado cada vez mais em se apropriar e adequar diferentes níveis de descrição, assim como os problemas de representação. Muito do conteúdo intelectual do pensamento recente em antropologia, arqueologia e ciências humanas em geral é derivado das teorias da interpretação desenvolvidas nos campos da filosofia e crítica literária (cf. Hunt, 1989; Rabinow e Sullivan, 1979, 1987). Formas autocríticas e de consideração cuidadosa de “tais questões, como contextualização, o significado da vida social daqueles que nela atuaram, e a explanação de exceções e indeterminações, ao contrário de regularidades no fenômeno observado” (Marcus e Fisher, 1986:8), caracterizam a nova corrente “experimental”, tanto na antropologia quanto na arqueologia.

Neste ensaio, defendemos uma abordagem interpretativa mista, normalmente aplicada aos aspectos “simbólicos” da cultura, e à necessidade do arqueólogo em focar as coisas materiais e o particular. Geertz (1980:135) assinala que parte de nosso legado intelectual do século XIX diz respeito ao fato que a noção de “simbólico” se opõe ao “real”, assim como o alegórico se opõe ao sóbrio, o figurativo ao literal, o obscuro ao claro, o estético ao prático, o místico ao mundano e o decorativo ao substancial”. Nossa abordagem ocupa-se tanto com a materialidade do dado – em seus papéis substantivos e funcionais – quanto com os papéis ideológicos. Nossa preocupação com a “situacionalidade” do dado nos habilita a estabelecer o foco no contexto – arqueológico, histórico, institucional e comportamental – e evitar a tendência em tratar significados e contextos como estáticos, suspensos no tempo. O registro arqueológico codifica o tempo e a mudança no tempo. Por conseguinte, podemos derivar disso evidências do processo histórico e mudanças culturais.

As abordagens interpretativas na antropologia são caracterizadas pela atenção aos sistemas de crenças ou visões de mundo e pela preocupação com o significado dentro do seu contexto cultural e histórico. A cultura é vista como significativamente constituída, fatos culturais sujeitos a interpretações múltiplas. Yentsch (n.d.: 7) observou que nos estudos interpretativos.

O foco é dado aos momentos históricos e eventos repetitivos que conduzem informações sobre uma cultura específica. A ênfase é dada na pequena escala e no exame detalhado das especificidades, nas expressões variadas do significado cultural, nas atividades humanas de pequena escala que informam sobre as ações sociais corriqueiras, e nos comportamentos cotidianos que, em sua particularidade e textura complexa, revelam o significado que dá forma à vida das pessoas em um dado tempo e lugar.

A atenção a contextos históricos e culturais permite aos seres humanos desempenhar um papel ativo na criação de significados e na moldagem do mundo que os cerca, sendo vistos como interagindo com seu ambiente, ao contrário de simplesmente reagir a ele. A cultura material é vista como um meio de comunicação e expressão que pode condicionar e, eventualmente, controlar, a ação social. Nossa versão de uma abordagem interpretativa envolve a combinação de várias correntes recentes nas Ciências Humanas:

a semiótica e o estudo do simbolismo; as teorias sociológicas e antropológicas da ação social e do discurso social; e a construção detalhada do contexto histórico e cultural do uso do artefato, por meio de uma leitura crítica dos textos culturais.⁷

O ARTEFATO COMO TEXTO E SÍMBOLO

Em termos semióticos, o significado tem sentido em função de um significante particular (uma palavra, uma letra escrita, uma imagem ou um objeto).⁸ Essa relação entre representação e significado, significante e significado, é conhecida como signo. Por exemplo, rosas vermelhas significam paixão e, quando usadas intencionalmente para tal, elas constituem-se em um signo da paixão (Barthes, 1957:197-8). Um símbolo é um signo arbitrário, tal como o sinal vermelho de um semáforo — não há uma razão particular para o sinal vermelho ser um sinal para parar, a não ser que esse significado tenha sido determinado pela sociedade (Hawkes, 1977:129). A função do símbolo é a de ser uma das ligações no processo de comunicação envolvendo o desconhecido, por intermédio do conhecido (o próprio símbolo). Isto é, as propriedades atribuídas ao símbolo pelo consenso podem ser transferidas, pelo observador, a uma situação na qual o símbolo é empregado. O símbolo e o simbolizado não são vistos como tendo relação cognitiva estática, mas articulados um em relação ao outro como componentes de uma relação dinâmica e em mudança (Tuner, 1974: 25-30). Os símbolos são signos usados em um processo semiótico e comunicativo. Os objetos freqüentemente funcionam como símbolos e tem sido abordados semioticamente por acadêmicos (Krampen, 1979).

Enquanto objetos particulares e seu simbolismo variam entre diferentes culturas, o uso de objetos como símbolos é pan-cultural. As tentativas por parte dos pré-historiadores em identificar símbolos e domínios simbólicos na cultura material das populações que não possuíam escrita (e.g., Hodder, 1987b; Shanks e Tilley, 1982; Shennan, 1982) são baseadas nos papéis universais que a relação entre ação simbólica e objetos-símbolos desempenham na interação social. Csikszentmihalyi e Rochberg-Halton argumentam, de

⁷ Ver, por exemplo, Geertz 1982, 1983; Leach, 1982; Wagner, 1975; Taylor, 1979; Yentsch n.d., 1988a, 1988b, 1988c, 1989, 1990; Yentsch et al., 1987. Beaudry e Mrozowski 1989 são um exemplo de estudo de caso interpretativo em larga escala.

⁸ Conforme William Sturtevant (1964:107) observou, a “cultura material se parece com a linguagem em alguns aspectos importantes: alguns artefatos — por exemplo, roupas — servem como símbolos arbitrários de significados”. Isso significa que a cultura material pode ser conceitualizada dentro de uma noção de signos da semiótica: a “semiologia aspira a levar em conta qualquer sistema de signos, quaisquer que sejam suas substâncias e limites, imagens, gestos, sons musicais, objetos e complexas associações de tudo isso, o que forma o contexto do ritual, convenção ou entretenimento público: isso constitui, se não linguagem, ao menos, sistemas de significação” (Barthes, 1964:9). Portanto, a semiótica é caracterizada pelo tratamento consciente de todos os aspectos da vida humana, verbais ou não verbais, escritos ou, por outro lado, textos sujeitos à análise crítica (cf. Heath, 1974; Coward e Ellis, 1977). Para uma discussão seminal sobre a “linguagem objeto” e comunicação não verbal, ver Kruesch e Kess (1956:96-159).

forma bastante persuasiva, que nossa interação com certas categorias de objetos como entidades materiais é inerente à nossa interação com eles como símbolos. Os objetos domésticos que desorganizam nosso espaço de vida podem ser vistos como “significativos somente como parte de um processo de um signo comunicativo e são ingredientes ativos desse processo” (Csikszentmihalyi e Rochberg-Halton, 1981: 173). Como símbolos, os artefatos fixam nos seus donos e usuários certos atributos culturais específicos. Com efeito, eles servem como “a parte visível da cultura” por “fazerem, firme e visível, um conjunto particular de julgamentos no processo fluido de classificar pessoas e eventos” (Douglas e Isherwood, 1970:66-7). Através de uma análise do uso de itens materiais para facilitar o julgamento, classificação e auto-expressão, podemos começar a entender os meios pelos quais os indivíduos construíram sua identidade cultural.

A construção da identidade cultural é, primeiramente, um ato público de mediação entre o “eu” e o outro. Frequentemente, os trabalhadores e membros de grupos subordinados (por exemplo: escravos, indígenas e mulheres) não encontram tanto espaço para auto-expressão no trabalho como encontram durante as horas de folga. A função das atividades de lazer, ou daquelas que não são consideradas como de trabalho, são importantes para a auto-definição e auto-expressão. Enquanto a importância do trabalho no processo de auto-definição é inegável, existe um suporte considerável para a alegação de que é através do lazer, ou ao menos do não-trabalho, que as atividades em que a grande parte dos processos de auto-definição e auto-expressão acontecem (Pieper, 1952; Huizinga, 1970; Godbey, 1981: 98, 123-5). As pessoas “criam fortes e complexas personalidades investindo sua energia psíquica em atividades que geralmente são chamadas ‘lazer’” (Csikszentmihalyi e Rochberg-Halton, 1981:48). Em uma sociedade capitalista industrializada, a classe trabalhadora não irá controlar os meios de produção, mas seus membros vão expressar-se individualmente e como uma sub-cultura através de outros componentes, os quais Csikszentmihalyi e Rochberg-Halton (1981:49) denominam “meios de ação”. Esses autores definem meios de ação como “qualquer objeto ou signo que permite a uma pessoa ‘manifestar-se’ (incluindo, quando aplicável, os meios de produção).”⁹

Os psicólogos sociais nos informam que o processo de classificação do “outro” e a avaliação das suas intenções e motivos são um componente necessário, mutável e transi-

⁹ Segundo Giddens (1981:51), isto envolve uma medida de controle sobre os recursos de “alocação”, ao invés de recursos de “autorização”. Os trabalhadores, raras vezes, controlam os meios de produção. Todavia, eles mantêm um alto grau de controle sobre as mercadorias produzidas: “Distribuição refere-se à capacidade do homem em controlar não só ‘objetos’ mas o *objeto-mundo*. A dominação, tomada por essa perspectiva, refere-se à dominação humana sobre a natureza. Autorização refere-se à capacidade do homem em controlar o mundo da *própria sociedade*, criado humanamente”. O que é crítico para a compreensão do uso da cultura material – mercadorias produzidas – na definição do “eu” e na criação da sub-cultura, identidade étnica ou na “resistência cotidiana”, é o reconhecimento que as pessoas transformam os significados das mercadorias através de suas ações: “no cerne da dominação e poder, repousa a *capacidade transformativa* da ação humana, a origem de tudo o que é liberador e produtivo na vida social, assim como de tudo que é repressivo e destrutivo” (Giddens, 1981:51).

tório da interação pública. Por intermédio de uma ampla variedade de signos (incluindo-se os objetos), gestos e posturas, nos comunicamos com aqueles com quem interagimos, dizendo-lhes quem somos e o que estamos fazendo: “qualquer um sabe com clareza que o indivíduo fornece, necessariamente, uma leitura de si quando está na presença de outros. Gênero, idade, classe, estado de saúde e etnia serão comunicados, na maioria das vezes de forma não intencional” (Goffman, 1971:127). Os psicólogos sociais especializados em interação urbana enfatizam que essas apresentações do “eu” ocorrem nas ruas (cf. Sennet, 1978:164-6). Lyn Lofland se refere a esse processo de classificação do outro como a “ordenação das aparências”, uma expressão que enfatiza tanto a função classificatória da atividade quanto uma confiança na aparência como um critério de julgamento. Nesse “problemático mundo dos estranhos”, que é a cidade, “todo residente urbano deve seguir em frente, conhecer ao menos algo sobre as outras pessoas e era essa a informação que ele poderia colher olhando-as... A vida na cidade tornou-se possível através de uma ‘ordenação’ da população urbana baseada na aparência e localização espacial, assim sendo, aqueles que vivem na cidade poderiam saber bastante em relação ao outro apenas através do olhar.” (Lofland, 1973:22).

O processo de “decifrar” a aparência dos outros é baseado na interpretação de símbolos visíveis codificados primariamente sob a forma de vestuário e outros adornos corporais (jóias, penteados, etc.), assim como por meio do comportamento (Praetzellis et al., 1987). O contexto vitoriano foi marcado por uma “miniaturização” dos símbolos visíveis, que se voltaram para os pequenos detalhes no vestuário ou na aparência (Sennet, 1978:165-8).

A força dos símbolos materiais para comunicar reside, freqüentemente, no seu uso “fora do contexto”. Isto é, contextos diferentes daqueles os quais a tradição cultural dominante os utiliza. Um exemplo extremo poderia ser o uso “punk” de alfinetes de fralda como brincos e não como presilhas. Tal reciclagem do mundano em um contexto simbólico é informativo para os iniciados (cf. Barthes, 1981:58).

As tensões entre grupos dominantes e subordinados podem ser encontradas refletidas nas superfícies da sub-cultura, nos estilos dos objetos mundanos que tem um duplo significado. Por outro lado, elas antecipam o mundo diretamente, dando conta de uma presença sinistra – a presença da diferença – e atirando sobre eles suspeitas vagas e sorrisos difíceis e furiosos. Por outro lado, para aqueles que os erguem como ícones, que os usam como palavras ou maldições, esses objetos se transformam em signos de identidade proibida, fontes de valor. (Hebdige, 1979:2-3)

Assim, o estilo comunica sub-cultura e é instrumental na definição de grupos e manutenção de fronteiras. Sub-culturas étnicas e de classe detêm o estilo como uma ferramenta para identificar aqueles que “pertencem” e, ocasionalmente, como uma arma para perturbar aqueles que não pertencem.

O pertencimento – identidade de grupo, membro do grupo – é inevitavelmente ligado às relações de poder e à diferenciação social. Muito freqüentemente, os arqueólogos históricos interessados nas relações de poder têm falhado em ouvir o apelo de E.P. Thompson (1978:157) para que se examine uma classe “de baixo para cima”, ou a exortação de Henry Glassie (1978:86) para que se estudem as pessoas “de dentro para fora”. Ao menos em parte, o método que empregamos surge da reação contra o que reconhecemos como limitações da abordagem envolvendo o uso dos artefatos em relações de poder e que parecem permitir apenas aos poderosos fazer afirmações por seu intermédio.¹⁰ Essas limitações se apresentaram devido à aplicação da teoria crítica derivada do marxismo e ao emprego da tese ideológica dominante de Althusser em estudos de caso na arqueologia histórica. Esta abordagem tem recebido uma crescente quantidade de críticas.

DOS ARTEFATOS DA HEGEMONIA AOS ARTEFATOS NO DISCURSO HEGEMÔNICO

Em um exemplo bastante divulgado envolvendo uma análise de classe na cultura material fora do local de trabalho, Mark Leone e outros de *Historic Annapolis, Inc.*, exploraram a função ideológica do jardim de William Paca (Leone, 1984, 1986, 1987, 1988a, 1988b; Leone et al., 1989).¹¹ Paca foi um advogado e jurista, um dos signatários da Declaração de Independência e governador de Maryland entre 1782 e 1785. Ele foi, sob qualquer prisma, um membro da elite econômica e cultural dos Estados Unidos no período colonial (Malone, 1946:123-4). A análise da reconstrução formal do jardim de Paca centrou-se no simbolismo do poder sobre a natureza como uma metáfora das relações de poder na sociedade. Em uma crítica acerca do papel da ideologia no trabalho dos arqueólogos marxistas, Ian Hodder (1986:61-70) utiliza a pesquisa de Leone no jardim de Paca para ilustrar quatro problemas no tratamento da ideologia:

1 – “Não há indicação alguma que a mesma cultura material possa ter significados diferentes e diferentes efeitos ideológicos para diferentes grupos sociais” (Hodder, 1986:65). A suposição é que todos de *Annapolis* partilhavam a visão do jardim de Paca.

2 – Há uma tendência em opor realidade social e ideologia, com o último falseando, “naturalizando ou mascarando desigualdades na ordem social” (Hodder, 1986:65). Ao invés de obscurecer o *status* de elite de Paca, esse jardim poderia enfatizar apenas isso.

¹⁰ Muito do que vemos hoje no estudo da desigualdade social, dos significados expressos através da produção e uso do artefato, ou dos artefatos no discurso social, se sobrepõe a novos conceitos que envolvem formas antigas de se fazer as coisas. Em sua prática de análise da cultura material, alguns arqueólogos históricos (e outros: cf. o ensaio em Hodder, 1989a) continuam a buscar a “maneira certa”, em vez de pregar, a exemplo de alguns evangelizadores, um atalho para a integridade teórica. Nossa discussão sobre a construção do contexto é dirigida às consequências desta insistência no “paradigma puritano”.

¹¹ É notável que outros diretores (i.e., Dent e Yentsch) em pesquisas de Annapolis têm uma abordagem absolutamente diferente tanto analítica quanto teórica. Ver, por exemplo, Yentsch, n.d., 1988c, 1990; Yentsch e McKee, 1987.

3 – É dada atenção insuficiente ao contexto histórico específico no qual o jardim serviu, supostamente, a funções ideológicas.

4 – A ligação entre as funções das ideologias e seus produtos pretendidos não é bem traçada. “Fica a questão: de onde a ideologia particular... vem?” (Hodder, 1986:69). Por exemplo, os princípios da perspectiva que Leone vê como servindo à função social de legitimar a posição dominante de Paca na sociedade estão dentro de uma tradição histórica de construção da paisagem que pode, no fim das contas, ser remetido ao mundo clássico. Esses conceitos de ordem podem ter desempenhado um papel em criar certas aspirações em Paca, assim como serviram como uma ferramenta para seu uso.

Esses problemas, que se referem ao tratamento da ideologia, têm implicações importantes para uma arqueologia das classes sociais. No que se refere ao primeiro problema, uma das características mais desconcertantes na análise do jardim de Paca é seu tratamento acerca da função da ideologia nas relações de classe. Ele se vale da “Tese da Ideologia Dominante”, derivada do ensaio de Louis Althusser (1971) acerca da função da ideologia no nível do estado que sustenta serem as ideologias dos grupos dominantes na sociedade impostas aos grupos submissos. Essa tese nega aos grupos subordinados a habilidade de formular suas próprias ideologias, já se tendo verificado que ela está sujeita a inúmeras exceções quando avaliada em relação a situações históricas (Abercrombie et al., 1980; Miller, 1987:162-3; McGuire, 1988:439-40; Rojek, 1989:100-1). O resultado é um modelo de influências indiretas das relações entre classes e que tende a negar a existência de cultura das classes trabalhadoras.¹²

O problema parece estar no fato de que a análise de Leone examinou apenas Paca e suas atividades e motivações, ignorando aquelas ligadas aos “governados”. Devemos, no entanto, ser cuidadosos em não igualar o poder dos artefatos com o poder de seus donos ou usuários. Além do mais, não há razão para assumir que jardins, ou quaisquer outros

¹² Esta perspectiva de relações de poder, amplamente negativa, é criticada por Giddens (1981:51), que assinala que “a tendência em considerar dominação como inerentemente negativa e como intrinsecamente inimiga da liberdade de ação no que diz respeito àqueles a elas sujeitos, relaciona-se, politicamente, à idéia de que o poder é inerentemente *coercivo* e de que seu uso implica, inevitavelmente, na existência de *conflito*. Nenhuma dessas idéias resiste a um olhar examinador rigoroso. Elas geralmente refletem a suposição de que o poder não é um aspecto integral e primário da vida social”. Ele assinala adiante que a premissa básica de uma teoria alternativa de poder, conforme proposta por Foucault, embora “não o veja como inerentemente coercivo e conflituoso”, vê a vida social como essencialmente formada por lutas pelo poder. Tal perspectiva torna inarticulados aqueles que não estão no poder, exceto em termos de resistência e conflito, como reativos, ao contrário de ativos. Se consideramos a afirmação de E.P. Thompson (1963, 1978) de que classe (assim como etnia) existe apenas quando é articulada, começamos a entender porque a tese da ideologia dominante torna impossível examinar os artefatos como elementos no discurso social. Martin Hall (n.d.:13) comenta que a interpretação de Leone acerca da adoção de ambientes individuais pelos anapolitanos vai de encontro à idéia de que “a posse de conjunto de jogos de mesa transformou o trabalhador em um autômato, como se o capitalismo tivesse vencido a luta pelo controle ideológico tão rapidamente que persuadiu seus trabalhadores a adotar boas maneiras à mesa”.

artefatos, sejam capazes de atender a uma única função simbólica. Existem, na verdade, boas razões para assumir que eles mediam uma variedade de significados, muitas vezes simultaneamente.¹³ Está claro que “a tese da ideologia dominante” implica um certo grau de controle social por parte das elites que a tornam inadequada como modelo de relações de classe em sociedades desenvolvidas e industrializadas ou, até mesmo, em sociedades pré-industriais ou naquelas fortemente imersas em um sistema econômico caracterizado por permuta, ao invés de trocas monetárias (cf. Giddens, 1981:55).

Outras críticas envolvendo a tese da ideologia dominante na arqueologia histórica derivam de uma ampla variedade de saberes oriundos de outras áreas que consideram esta abordagem igualmente insatisfatória. Martin Hall (n.d.: 11) critica tanto o programa estruturalista empregado por Deetz como o uso da tese da ideologia dominante de Leone, assinalando que Abercrombie et al. (1980) “rastream a noção de ideologia dominante através do feudalismo e capitalismo inicial e tardio, concluindo que ela era desejada”. Tais autores chegaram à conclusão de que as ideologias dominantes são frequentemente inconsistentes e, raramente, têm efeitos mais significativos nas classes subordinadas. Na época medieval, o camponês era “mantido sob controle por meio da força bruta, ao invés da sutileza ideológica” (Hall, n.d.: 11), ao passo em que, no capitalismo inicial, a dominação era alcançada por intermédio das forças econômicas (ibid.). Hall sugere que os jardins de *Annapolis* podem ser reinterpretados sem o uso da noção de falsa consciência ou ideologias mascaradas. A instrumentação, o traçado do jardim, a moda nas louças e outros itens materiais podem ser vistos como “os meios pelos quais a elite incorpora a ela mesma como uma classe” (ibidem: 12). Ele assinala que, se optamos por ver a “ideologia vestida em cultura material... como uma forma pela qual os grandes proprietários rurais de Tidewater convenceram-se de sua posição na vida” (ibidem: 13), nos aproximamos do conceito de ideologia de James Scott (1985), que serve como uma ponte que conduz o mundo material ao processo do discurso social, “constituindo e reconstituindo a existência com o poder semiótico dos “textos sem palavras”, com a leitura de artefatos como ideologia, expressando as visões dos atores nas suas relações com eles mesmos e com os outros” (ibidem: 14). Hall usa o conceito de ideologia de Scott e sua noção de “resistência cotidiana” para reinterpretar a cultura material da vida escrava nas *plantations* do sul e para oferecer *insights* sobre o registro arqueológico das residências escravas no Cabo da Boa Esperança, na África do Sul.¹⁴ Ele fez isso incorporando o paradigma ao conceito de discurso, conforme traçado por Foucault (1972), com

¹³ O significado é “negociável, interpenetrante e fluido” (Beeman, 1976:575). Quando objetos são usados como forma de criar significados, de comunicar num nível não verbal, os significados não estão embutidos nos próprios artefatos, mas sim designados ou atribuídos aos objetos por operações individuais em contextos culturais de grupos-específicos (ver, e.g., Wobst 1977; Hodder, 1989a, 1989b).

¹⁴ O trabalho de Larry McKee sobre a vida escrava nas plantações de Virginia no século XIX explora de forma similar a manipulação da cultura material como forma de discurso entre o proprietário de uma plantação e o escravo (1987, 1988, n.d.). Ver também Upton 1985.

sua ênfase na importância do signo.¹⁵ Quando o mundo material e as ações daqueles que o criam entram em contato com ele, e o usam para uma dada finalidade, esses são todos vistos como afirmações em um discurso. Trata-se da ambigüidade emergindo a partir dos múltiplos significados que os objetos materiais carregam – o status polissêmico dos artefatos – e que fornecem um ponto de aporte para a explanação. O uso complementar dos “textos variados de registros oficiais, refugos de cozinha e impressões literárias” de Hall ilustra uma maneira de se abordar os “artefatos como partes integrais de afirmações através dos quais as pessoas se criam e recriam e, essas afirmações, como partes integrais do discurso que cria e recria um ao outro” (Hall, n.d.:26).

O que buscamos, então, é um modelo de relações dentro das, e entre as, sub-culturas baseado em classes e que seja flexível o bastante para dar conta das acomodações de interesses que, com efeito, ocorrem entre diferentes classes sociais e grupos étnicos (podendo ser demonstrado como tendo ocorrido no passado histórico). Uma estrutura que parece ter o potencial de incluir processos complexos de mudança cultural envolvendo classe, etnia, e grupos de gênero, tem sido extensivamente usada por estudiosos britânicos da cultura popular (e.g., Bennett et al., 1981, 1986; Hargreaves, 1989). Trata-se da noção de “hegemonia cultural”, adaptada do trabalho do marxista italiano, Antonio Gramsci. Gramsci era declaradamente preocupado com a tendência do marxismo “científico” em ver a ideologia como reflexo passivo de uma subestrutura econômica, ao invés de ser uma entidade “real”, em seus próprios termos. De acordo com Gramsci, os membros das classes sociais tornam públicas diferentes ideologias concorrentes, centradas em torno do que eles percebem como sendo seu próprio interesse. As relações de classe consistem na negociação dessas ideologias na arena cultural. Os símbolos podem ser adotados e manipulados pelos membros de diferentes grupos, em um processo através do qual cada grupo “busca negociar culturas de classes opostas em um terreno cultural e ideológico que assume por si só uma posição de liderança” (Benett, 1986:xv).

A “Hegemonia”, assim, é uma “consciência predominante” em constante mudança e negociada entre grupos de interesses, sendo internalizada ou aceita em diferentes níveis pelos membros desses grupos (Boggs, 1976:39). Raymond Williams vê a hegemonia como transcendendo o que é tradicionalmente definido como ideologia, incluindo também a experiência.

Ela [a hegemonia] é um conjunto de práticas e expectativas sobre a vivência: nossos sentidos e destinação de energia, as percepções que nos moldam e ao nosso mundo. Ela é um sistema vivido de significados – constitutivos e constituintes – os quais quando são experimentados como práticas parecem que se confirmam reciprocamente. Isto então constitui um senso de realidade para a maioria das pessoas na sociedade, um senso de absoluto causado por realidades experimentadas além das quais seria muito difícil para

¹⁵ O’Brien (1989) fornece uma discussão convincente das contribuições de Foucault para o método histórico, assim como uma avaliação de suas críticas.

a maioria dos membros de uma sociedade se movimentar na maioria das áreas de suas vidas. Isto é, equivale dizer, uma “cultura”, mas uma cultura que também deve ser vista como a dominação e a subordinação vivida por classes específicas.

As discussões sobre hegemonia “vivas”, portanto, devem envolver exames detalhados dos contextos históricos nos quais elas surgiram e operaram.

CONSTRUINDO O CONTEXTO HISTÓRICO E ETNOGRÁFICO

Sugerir, assim como Leone e Potter fizeram (1988a:12-13), que é possível confundir o registro documental com o registro etnográfico é o mesmo que confundir as perspectivas éticas e êmicas (cf. Schuyler, 1978; ver também Melas, 1989). O registro etnográfico é o produto do etnógrafo e, como tal, é um documento ético. Yentsch (1988b:152-3) assinala que o registro documental pode ser abordado tanto a partir da perspectiva ética quanto da êmica. Isso é possível porque os documentos são criados por palavras. Por conseguinte, podemos analisá-los como reflexos de sistemas semânticos passados: “o modo como as pessoas pré-modernas utilizaram e estruturaram sua linguagem, ou as palavras que neles usaram [documentos], revelam mais sobre o [passado] do que parece, se as palavras forem consideradas de forma literal... As palavras nos [documentos] são peças residuais de um mundo em ação que já se foi e no qual elas desempenharam um papel maior” (Yentsch, 1988b:153). Usar os documentos para gerar expectativas arqueológicas ou anexar funções aos artefatos é, certamente, equivalente ao uso do dado etnográfico pelos pré-historiadores. Mas essa é a única coisa que os arqueólogos históricos fazem com documentos? A resposta é não. O uso da palavra escrita na arqueologia histórica visando à construção de contexto e história é muito mais desenvolvida do que Leone e Potter (1988a:11-12) sugerem (cf. Beaudry, 1988a; Schmidt e Mrozowski, 1983).

Leone e Potter aderiram à visão equivocada de que o registro arqueológico e o documental foram produzidos por “pessoas que geralmente não tem conexão direta umas com as outras” (1988b:14). Fazer conexões diretas entre os produtores dos documentos e os artefatos escavados é de utilidade limitada, seja qual for a circunstância. Os documentos, na verdade, codificam conexões entre pessoas em diferentes níveis: nas relações diretas de parentesco, na família, no domicílio, na vizinhança e comunidade, nas relações impessoais de poder entre proprietários de fábricas e trabalhadores, e assim por diante. Por exemplo, os documentos que registram conexões comerciais oferecem uma janela êmica acerca das relações sociais de produção (cf. Paynter, 1988). Sem dizer que a análise documental (em acréscimo e em distinção à “pesquisa histórica”) é parte integral do estudo da vida material no período histórico o nosso argumento é que isso se constitui, na verdade, em um elemento vital em qualquer pesquisa arqueologia histórica. Isso é vital para se construir o contexto.

O contexto é onde o significado está localizado e constituído, fornecendo uma chave para sua interpretação. A recuperação do significado é baseada na recuperação do contex-

to, porque o contexto não somente estrutura significados por meio de uma amarração com situações e eventos atuais, como também é inextricavelmente ligado ao significado. A existência de um contexto implica, por um lado, na presença de significados funcionando dentro dele e, por outro lado, que os significados não podem existir na ausência dele. Enquanto podemos falar de significados ocorrendo “fora do contexto”, não podemos pressupor a ausência de contexto, mas sim que o contexto do uso não é o contexto normal ou esperado. Frequentemente, é nos contextos incomuns e inesperados que o significado é renegociado ou redefinido.

A análise dos textos culturais nos permite ter *insights* acerca das atitudes das pessoas em relação ao mundo que as cerca, sendo esse um componente integral da recuperação do significado, assim como da explanação do registro arqueológico. Os Arqueólogos históricos possuem os meios necessários para incluir em sua ética estudos objetivos do passado em uma perspectiva êmica e culturalmente sensível. As análises interpretativas, com sua preocupação em relação ao significado e à classificação e percepção *folk* oferecem uma estrutura para a análise textual voltada à recuperação de significados *folk*. Isso é possível por meio de uma abordagem analítica e etnográfica dos documentos, uma abordagem rotulada de “etnografia histórica” (cf. Yentsch, 1975; Schuyler, 1988; Beaudry, s.d.) e “arqueologia documental” (cf. Beaudry, 1988a).

Em essência, o que procuramos é o “contexto total e inclusivo”, conforme proposto por Taylor, o que deveria ser nosso interesse primário (Taylor, 1948:32). Como Schmidt e Mrozowski assinalam, a construção do contexto cultural é o caminho no qual o significado cultural por ser somado à arqueologia e a qualquer padrão que pode ser deduzido das evidências arqueológicas: “Devemos pesquisar cuidadosamente documentos históricos diferentes e a literatura da história para produzir construtos que possam ser sintetizados com a finalidade de fornecer um contexto cultural complexo para nossa escavação arqueológica, seja ele um naufrágio, um sítio-oficina da Idade do Ferro na Tanzânia ou uma latrina do período colonial... Se fracassamos ao fazer isso, então negligenciamos contextos culturais que nos informam acerca do comportamento” (Schmidt e Mrozowski 1983:146-7). A despeito de reivindicações contrárias (i.e., Leone, 1988a; Leone e Potter, 1988a:14-18), esse tipo de abordagem *não* confunde o registro documental com o etnográfico ou torna ambos equivalentes. Ao contrário, ela permite uma abordagem culturalmente sensível, crítica e interpretativa em relação aos documentos históricos, com objetivo de evitar uma super-objetificação da sua área de interesse. Enquanto alguns sejam talvez tentados a se voltar para uma abordagem dotada do desprezível rótulo de “ecletismo” (e.g. Orser, 1988:314-15), pode-se dizer a seu favor que uma abordagem interpretativa, uma vez que é receptiva a diferentes perspectivas, cria meios para evitar as armadilhas da aplicação doutrinária do pensamento político radical moderno inerente ao que Orser e outros propõem como uma perspectiva teórica mais “unificada” (poderíamos dizer *rígida*) ligada à tese da ideologia dominante.

Existe um persistente “temor do êmico” que é, provavelmente, um resíduo do positivismo. Muitos arqueólogos históricos retêm o caráter tendencioso em relação aos documentos, adquirida durante seu treinamento na pré-história, e alguns pesquisadores continuam desatentos às possibilidades de se realizar análises sofisticadas e sensíveis tanto nos registros materiais quanto documentais. South, evidentemente, continua a considerar as fontes documentais como meros documentos diretos, como *backgrounds* históricos ou como verificação: “a arqueologia histórica tem um grande potencial para controlar as variáveis arqueológicas em relação ao *background* da documentação histórica” (South, 1988:28-9). A proposição de Leone e Potter de que devemos tratar os registros documentais e arqueológicos como corpos de dado completamente distintos, testando um em relação ao outro, não oferece uma perspectiva muito distinta da abordagem partitiva de South.¹⁶

Outros permanecem tão desconfiados dos documentos, que recomendam que eles sejam relegados a um papel menor na interpretação. Rubertone (1989:32), por exemplo, propõe que “a arqueologia dos indígenas americanos do século XVII sirva como uma fonte de informação da história indígena, existindo com independência dos registros escritos produzidos pelos observadores europeus”. Preferindo os “registros não escritos” pelo que eles revelam sobre a resistência dos indígenas americanos frente à dominação européia, Rubertone dispensa os documentos, uma vez que os “observadores europeus os escreveram para atender aos seus interesses e, fazendo assim, omitiram dos registros escritos as formas pelas quais os índios Narragansett lutaram para preservar sua independência”.¹⁷ Essa desconfiança em relação aos documentos, essa noção de que o

¹⁶ O artigo de South (1979) sobre a estrutura de sítios representou seu maior impulso, junto com uma extrapolação de uma das idéias de Binford dentro da arqueologia histórica. Seu longo silêncio abriu as portas para que Leone se apropriasse da mesma fórmula de sucesso, apressando-se em adaptar a teoria de médio alcance de Binford, apresentada, inicialmente, em Leone e Crosby (1987) e, mais tarde, desenvolvida em Leone (1989) e Leone e Potter (1988b). A proposta é “dissimuladamente reducionista” (cf. Yentsch, 1989), por envolver um tratamento do dado arqueológico e do dado documental como analiticamente e epistemologicamente separados. Em vez de analisar criticamente ambos os elementos do discurso, somos incentivados a testá-los um contra o outro, a fim de afastar e resolver ambigüidades. Há, certamente, mérito nesse procedimento, mas ele fracassa como método para análise documental porque não vai além da malha ética ou descritiva, derivada do tratamento superficial dos documentos. Além do mais, o que é verdadeiramente insidioso, essa versão da teoria de médio alcance tem pouco a ver com a ênfase de Binford no uso da teoria de médio alcance como um meio para entender a estrutura do registro arqueológico pelo desenvolvimento de inferências, feitas geralmente através da analogia etnográfica, “visando ao isolamento de características organizacionais variáveis dos sistemas passados” (Binford, 1987:449). Em essência, o que Leone e seus colegas propõem é um método que falha em tratar tanto do registro documental quanto do arqueológico com a eficácia analítica que ambos merecem e que a recuperação do sentido exige.

¹⁷ Isso não pode ser interpretado como algo que está além de uma elaboração que visa à não utilização da documentação por uma perspectiva crítica, razão pela qual está longe de ser uma representação precisa do que pode ser colhido por meio das fontes primárias. Não fica, de fato, totalmente claro se Rubertone consultou fontes primárias, embora muito da literatura recente

caráter tendencioso daqueles que os registraram não pode ser analisada e interpretada, mas que, na verdade irá, inevitavelmente, corromper o pesquisador, é algo tão ingênuo quanto contra-intuitivo e improdutivo. Em outro exemplo, Ashmore e Wilk (1988: 5) atribuíram um estranho poder aos documentos, temendo que a elevada sofisticação em decifrar textos antigos iria afastar arqueólogos mesoamericanos da evidência material e, por conseguinte, influenciar suas conclusões. Eles acham que cada fonte tem “usos especiais” (e presumivelmente, no caso dos textos, esses seriam limitados), mas reconhecem que, se fontes materiais e textuais forem examinadas criticamente, “podem ser utilizadas conjuntamente como complementos” (ibidem). Ashmore e Wilk, todavia, dão a entender que os “arqueólogos devem continuar a *confiar* em evidências materiais mais diretas” (ibidem; ênfase nossa).¹⁸

Analisar as fontes escritas tanto na perspectiva ética quanto na êmica (ou como alguns estudantes da cultura material colocam: tanto na perspectiva do produtor como na do usuário), pode resolver o dilema acerca do que fazer com os documentos. Seguindo a pergunta feita por Michael Ann Williams (1990; ver também Williams, 1986), devemos nos negar a estudar os papéis das mulheres nas residências e o uso, por essas mulheres, dos seus espaços, só porque “sabemos que no período histórico as casas eram artefatos masculinos, uma vez que eram os homens que as construía? Podemos assumir que um produtor controla os modos pelos quais os usuários percebem e empregam o artefato? Certamente não no caso de textos, a menos que se assuma que ler se constitui em uma mera “submissão ao mecanismo textual” (Chartier, 1989: 156). De certa forma, nossa leitura crítica dos documentos é uma “apropriação”, uma interpretação “fora do texto” (ibidem: 157) que incorpora atenção à motivação do produtor, às ações ou respostas do público a que se pretende atingir e ao nosso uso intencional do texto na construção da nossa própria narrativa de interpretação. A síntese que buscamos não pode ser alcançada por intermédio de um esquema partitivo e reducionista, segundo o qual o registro é ignorado, tratado de forma acrítica ou deixado totalmente à parte em relação às demais fontes de evidência.

Para nos afastarmos da atitude de que o uso dos documentos é um exercício literal apenas para a obtenção de informações intencionalmente criadas por aqueles que os registraram, necessitamos abordá-lo como um corpo de textos (da mesma forma como os antropólogos e folcloristas fazem com os contos, mitos, etc.) e estar atentos para o fato

envolvendo a interação entre indígenas americanos e europeus faça excelente uso de documentos e evidências materiais de forma combinada, visando a examinar não apenas resistência, mas também construções intencionais de identidade cultural pelos indígenas (e.g., Bradley, 1987; Bragdon, 1988; Brenner, 1988; Crosby, 1988; Hamell, 1983, 1987; Merrell, 1988, 1989).

¹⁸ Talvez o clamor para permanecer um pré-historiador diante da evidência textual derive do que parece ser uma preocupação subjacente de que, acrescentando os documentos a essa equação, se adote uma abordagem crítica não realmente necessária, uma vez que a evidência material é, de certo modo, mais direta que os textos e, portanto, mais confiável, necessitando menos análises críticas.

de que nossa leitura é, na verdade, uma interpretação da percepção de outra pessoa. Mesmo nossas próprias percepções não podem ser tidas como diretas (cf. Beaudry, 1980:5). Para os lingüistas, o texto é qualquer registro de um evento de linguagem. Ele pode ser lembrado, gravado, escrito ou impresso. Ele é tanto uma coisa física como uma unidade semântica. Os aspectos cruciais dos textos são *conteúdo, forma e situação*. Situação é o “ambiente no qual o texto toma vida” (Gregory e Carroll, 1978:3-4). Ela tem características constantes que nos permitem buscar variações em aspectos formais ou substanciais do texto. Supondo, por exemplo, que um grau razoável de linguagem partilhada foi usada em um dado corpo de, digamos, registros anglo-americanos, podemos examinar como uma informação registrada varia tanto na sua estrutura interna e em um estilo sincrônico quanto nas formas pelas quais as diferenças através do tempo e espaço refletem mudanças em atitudes, disponibilidade de gêneros de consumo ou contato entre pessoas de diferentes *backgrounds* sociais, econômicos e culturais.

E. P. Thompson (1963:9-10) assinala que a pesquisa envolvendo relações sociais de classe “deve sempre ser incorporada em pessoas reais e em contexto real”. Ele defende que os documentos sejam “examinados de cima a baixo” (Thompson, 1978:157). A implicação disso é que os documentos, mesmo aqueles produzidos pelos membros de classes superiores, podem informar, de forma não intencional, acerca dos membros inarticulados ou desprivilegiadas da sociedade.¹⁹ Esse tipo de dado, que é etnograficamente e contextualmente sensível, pode ser extraído através de análises críticas de textos documentais em combinação com análises da cultura material. No entanto, ver a história de “baixo para cima” ou “de cima pra baixo” é insuficiente. Em uma perspectiva êmica pretende-se estudar os significados “de dentro para fora”. Henry Glassie conduz essa questão com eloquência e energia em seu impressionante trabalho *Passing the Time in Ballymenone*, que citamos a seguir.

Em Ceili, os produtores de chá e conversas criam a comunidade. Nas ruas, no mercado de gado e nas tabernas, eles compram e vendem, olham e caminham, ouvem e cantam, e formam a multidão, a população de sua região... E além disso... você os tem visto, meio perdidos, parados sozinhos numa confusão silenciosa, pessoas do campo, vestidas decentemente, pobremente, nas ruas das grandes cidades.

¹⁹ Beaudry (1980a, 1980b) propõe que os documentos, tais como os inventários, podem ser tratados como “contextos elucidativos” dos quais o pesquisador pode recuperar informações sobre os segmentos letrados ou “semi-letrados” da sociedade. Em um estudo do discurso “aquecido” (profanação, calúnia e insulto), St. George (1984) analisou registros jurídicos para reconstruir performances de discursos. Suas interpretações trazem à tona muitos aspectos das relações sociais no século XVII em Massachusetts que os responsáveis pela criação dos documentos nunca pretendiam revelar. A discussão de Rhys Isaac (1988) sobre o comportamento manipulador dos escravos de Landon Carter através de uma leitura crítica do diário particular de Carter é um exemplo esplêndido de análise textual. Isaac volta-se para as intenções de um “observador partidário”, literalmente “às avessas”, a fim de revelar a natureza dos esforços mal sucedidos de Carter para controlar seus escravos e obter o respeito deles.

É aí que os políticos e seus agentes, os falsos acadêmicos, os querem: fracos, confusos e, acima de tudo, em silêncio. O homem que é um educador capaz, à beira do fogo, uma mente iluminada em Ceili, um cantor ousado no *pub*, transforma-se na gigantesca reserva da nação, silêncio, praticamente nada, um seguidor para uma doutrina política, uma estatística para um esquema científico, um membro das massas inarticuladas. A idéia é diabólica... [A]poiar uma equação frenética de poder e riqueza com inteligência e habilidade verbal. O falso acadêmico constrói um quadro piramidal da sociedade com reis e bobos da corte em seu cume, e uma maioria silenciosa em sua larga base. Assim, a realidade é ordenada, em cascata, do topo para a base, do poder à fraqueza, da riqueza à pobreza, da inteligência à estupidez, da invenção à imitação, da luz à obscuridade, dos textos ao silêncio. Mesmo os acadêmicos que aspiram a ser democráticos, aceitam, às vezes, a horrível metáfora, e propõem-se a estudar as coisas de baixo para cima. A sociedade não é aguçada como uma pirâmide ou feita em camadas como um bolo. Ela é composta por comunidades que ocupam o espaço e o tempo, simultaneamente, no mesmo nível humano... Tudo parece razoável a partir do seu interior, estranho de fora, silencioso à distância. A forma de se estudar as pessoas não é a de cima para baixo nem a de baixo para cima, mas a de dentro para fora, dos locais onde as pessoas são articuladas para locais de onde elas não são, dos locais onde estão no controle de seus destinos para os locais onde não estão.

Carmel Schire, uma pré-historiadora que se voltou para arqueologia histórica a fim de examinar situações de contato entre sul-africanos nativos e colonizadores holandeses, chegou rapidamente à conclusão de que as fontes arquivísticas interagem com o dado arqueológico. Ela assinala que o sucesso de um estudo arqueológico envolvendo o impacto do colonialismo sobre povos indígenas “depende da habilidade em escavar profundamente nos arquivos e nas areias de um assentamento abandonado por meio da análise das palavras e artefatos que codificam o alimento do dia, o carregamento mensal de carne para um entreposto, e uma política colonial de um século desempenhada pelos funcionários da grande Companhia das Índias Orientais” (Schire, n.d.:2). Defendemos que isso pode ser dado como verdadeiro para qualquer empreitada na arqueologia histórica, como é o caso do trabalho de Schrire em um entreposto holandês do século XVII na África do Sul.

CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Já foi discutida extensamente neste texto a importância do contexto na determinação de significados para a cultura material. O registro arqueológico como contexto requer atenção similar. Especialmente em comunidades urbanas, os depósitos arqueológicos são, freqüentemente, resultantes de rápidos episódios deposicionais (ver e. g. Carver, 1987; Beaudry, 1986; Mrozowski, 1984; Praetzelis, et al. 1980). Nas cidades, esses rápidos eventos deposicionais podem ser consequência de transições no nível doméstico (Mrozowski, 1984; Beaudry e Mrozowski, 1987b) ou de mudanças nas instalações de gerenciamento do lixo e da água na comunidade como um todo (Honerkamp e

Council, 1984; Beaudry, 1986; Praetzelis et al., 1988). A estrutura do registro arqueológico pode revelar também dinâmicas comportamentais do passado.

A Arqueologia histórica não pode ser, na verdade, uma “ciência da cultura material” no sentido proposto por Deetz, nem pode ser meramente “cultura material com sujeira”. Os sítios arqueológicos são matrizes complexas. Compreender suas estruturas internas e formação, assim como as relações entre sedimentos de sítios, processos deposicionais e artefatos na matriz são um componente vital na pesquisa arqueológica (cf. Schiffer, 1987; Binford, 1976, 1979, 1981). Da mesma forma que o melhor uso dos documentos não está em servir como um *background* a ser testado contra artefatos, o melhor uso dos artefatos não está em considerá-los como independentes do contexto do qual foram recuperados. O arqueólogo histórico deve realizar análises contextuais de uma forma inclusiva e abrangente. Mesmo um exemplo mais direto ajuda a ilustrar o poder de análises contextuais que emergem do controle combinatório de caráter complementar envolvendo os contextos arqueológicos e históricos.

A presença de recipientes de bebidas alcoólicas nas pensões de Lowell é uma inegável evidência de consumo de bebidas, mas a descoberta de garrafas vazias em um engradado abaixo do piso de uma latrina é uma evidência de uma dissimulação intencional, uma disposição clandestina, presumidamente seguida do consumo da bebida, também de forma clandestina. Situando essa observação arqueológica em um contexto histórico construído com a ajuda de documentos de uma empresa que indicam restrições no consumo de álcool em pensões (Bond, 1989a), criamos uma ligação comportamental por onde fragmentos corriqueiros de refugio de jardim começam a informar sobre aqueles que são aparentemente inarticulados. Uma análise contextual severa dos artefatos fornece um contraponto ou subtexto para escritas de observadores e reformadores da classe média e alta, levantando, subitamente, o volume das vozes dos trabalhadores. Assim, eles podem ser ouvidos acima daqueles que nos falam em um coro de voz elevada através de documentos escritos.

ARTEFATOS E VOZES MÚLTIPLAS:²⁰ EXEMPLOS DE ANÁLISE DE DISCURSO ENVOLVENDO ARTEFATOS

Conforme assinalado acima, um modelo baseado na hegemonia cultural, ao invés da ideologia dominante, tem inúmeras vantagens. Primeiro, porque não se pode igualar dominação política ou econômica com dominação social ou cultural. Por exemplo, enquanto as elites podem ter mais controle sobre as estruturas econômicas e políticas, é possível que seja a burguesia que tenha mais influência na consciência dominante. Segundo, porque a hegemonia cultural é vista como baseada no controle através do consenso,

²⁰ O conceito de “vozes múltiplas” foi adotado a partir de Mascia-Lees et al., tendo sido apresentado no volume do outono de 1989 de *Signs*. Somos gratos a Anne Yentsch e Suzanne Spencer-Wood por trazerem este artigo à nossa atenção.

ao invés da coerção. Isso requer que se considere que as *acomodações* alcançadas por paralelismos, ou mesmo oposições, interesses e, não menos importante, áreas de conflito, sejam mais facilmente e freqüentemente estudadas (Stedman Jones, 1977:163). Terceiro, e mais importante, porque a hegemonia não é vista como sendo completa (Boggs, 1976:40). As iniciativas e contribuições demonstram que são alternativas opostas às hegemônias existentes, embora freqüentemente moldadas nos mesmos termos do discurso – e alguns desses podem ser negociados dentro de posições hegemônicas (Williams, 1977:114). Assim, as contribuições das classes trabalhadoras podem ser aceitas ou, ao menos, toleradas pela burguesia e pelas elites. Isso permite que a ideologia e a cultura da classe trabalhadora tenham um papel ativo nos processos sociais, em vez de serem simplesmente tidas como ditadas e destiladas pelas ideologias e culturas dos grupos politicamente dominantes.

Conforme acima mencionado, a idéia de hegemonia cultural é completamente compatível com um modelo de cultura material centrado na comunicação, e nisso está a utilidade da arqueologia. Uma dimensão importante da cultura material é sua função comunicativa, e boa parte dessa função ocorre na negociação cotidiana da hegemonia. Os comerciantes do século XVIII com seus aparelhos de louças, e terrenos, e casas simétricas e o “punk” do século XX com seus alfinetes de fraldas e botas de engenheiro são igualmente envolvidos nessas negociações, e muito do que é recuperado arqueologicamente pode ser visto como produto do discurso hegemônico, intencional ou não. Na realidade, podemos ver o alcance dos itens disponíveis em qualquer época, com seus variados valores simbólicos e morais, como extensões da hegemonia contemporânea – ou mesmo como uma “hegemonia material”, que existe em cada fragmento de forma fluida e mutável através dos tempos, da mesma forma que a hegemonia cultural.

Uma arqueologia centrada em classes e baseada na hegemonia cultural nos permite interpretar nossos materiais em seus aspectos comunicativos e simbólicos, abrindo novas avenidas de investigação. Por exemplo, se a “Georgianization” foi a contribuição cultural da classe comerciante durante o século XVIII, como muitos arqueólogos têm recentemente proposto (Leone, 1988b; Harrington, 1989), ela pode, daí, ser vista como um elemento no discurso hegemônico. Enquanto podemos simplesmente assinalar que a “Georgianization” ocorre universalmente através daquela classe, seria mais interessante e informativo ir além desse ponto de vista normativo, a fim de que se examinassem os meios pelos quais as outras classes e grupos culturais adotam, mudam ou rejeitam a visão de mundo Georgiana e a cultura material a ela associada: examinar de onde vem a “Georgianization”, como ela se tornou hegemônica no século XVIII, o que isso significou e como tais significados mudaram através do tempo, como e de que forma ela foi substituída como hegemonia, quando e porque ela se tornou novamente hegemônica por meio de *revivals*, e o que permanece disso hoje.

Os exemplos de análise da cultura material que aqui oferecemos são tirados da nossa mais recente pesquisa em colaboração, envolvendo as pensões do engenho Boott, em

Lowell, Massachusetts, nos séculos XIX e XX (Beaudry e Mrozowski, 1987a, 1987b, 1988, 1989). As escavações têm se realizado nos quintais situados nos fundos das unidades de número 45, uma pensão “típica” onde os trabalhadores residiam, e de número 48, uma habitação popular destinada ao pessoal de supervisão. Os residentes da pensão constituíam um arranjo doméstico corporativo. O espaço usado pelo pessoal de supervisão era habitado, geralmente, por uma pequena família nuclear, mas, às vezes, podia ser transformada em local de hospedagem. Recuperamos nos quintais uma quantidade impressionante de objetos de uso cotidiano: botões, contas, fragmentos de cachimbo, garrafas, jóias, louças, pentes, bolas de gude e ossos de animais, deixados para trás por centenas de trabalhadores do engenho que habitaram estas casas durante sua existência. Talvez seja irônico que tantas pessoas que passaram horas a fio trabalhando nos engenhos, produzindo fortunas para outros, tenham deixado um legado tão humilde de botões, “gemas” de vidro e garrafas de bebidas. Enquanto os registros arqueológicos e documentais oferecem um testemunho do poder do paternalismo corporativo e do sistema de pensionato, eles evocam também expressões, se não de resistência, de aspirações pessoais e de auto-expressão. A despeito do fato de que meios econômicos limitados ofereciam impedimentos autênticos em relação às necessidades materiais dos trabalhadores do engenho de Lowell, a evidência de um comportamento adaptativo — da criação de sub-cultura — é visível. Isto é visível no uso de certos medicamentos que eram mais desejados por possuírem teor alcoólico e não exatamente pela sua eficácia em curar doenças (Bond, 1989b); nas humildes aspirações de ascender a um *status* de classe média refletidas na seleção e uso de louças domésticas pelos funcionários da pensão (Dutton, 1989) e pelas escolhas intencionais das mulheres trabalhadoras ao comprar e usar imitações baratas de jóias e ornamentos de cabelo de alto custo (Ziesing, 1989). Isso também é expresso no uso de cachimbos de argila branca como expressão da filiação de classe, ou mesmo orgulho de classe.

O DISCURSO ATRAVÉS DA CULTURA MATERIAL RELACIONADA AO TABACO

Um elemento importante nos estudos realizados em Lowell foi o de ver o uso do tabaco como um elemento de discurso hegemônico entre classes e grupos étnicos, assim como entre homens e mulheres. Foi enfocado o século XIX e início do século XX (Cooke, 1989). Embora o uso do tabaco possa parecer algo menor para se abordar questões maiores envolvendo relações de classes, deve-se notar que essas relações penetraram na vida cotidiana, tendo sido tramadas com suas próprias linhas. A noção de classe ofereceu e oferece contornos para as atividades e interações cotidianas. Dessa forma, sua operação pode ser vista nas mais mundanas e triviais ações.²¹

²¹ Historiadores sociais e culturais tem se concentrado, cada vez mais, no cotidiano e no ritual privado e público como nexos da ação social (e.g. de Certeau, 1984; Davis, 1983; Darton, 1984; Larkin, 1988). Em grande medida, esse crescimento do marxismo e da Escola dos *Annales* na história social é resultado de uma influência crescente do pensamento antropológico dentro

Os episódios de uso de tabaco encontrados no registro histórico foram analisados em três dimensões básicas (seguindo Mercer, 1986:54, que modificou os procedimentos de Foucault, 1972:50-5). A primeira delas é o uso do *sítio*: a posição no espaço, no tempo e no contexto social onde os episódios ocorrem. A segunda dimensão considerada é aquela do *status* do evento: quem são os atores e sua posição relativa nas estruturas de autoridade. Finalmente, vêm as *subjetividades* do comportamento: os significados que são expressos, sendo considerados sempre que estiverem acessíveis.

A análise das fontes documentais escritas durante o século XIX e o início do século XX indica uma crescente associação de cachimbos de haste curta com homens da classe trabalhadora. Imigrantes irlandeses, afro-americanos e outros grupos étnicos também foram associados ao seu uso em graus variados. As mulheres, pelo menos as que pertenciam às classes média e alta, não foram consideradas como fumantes para a região do nordeste dos EUA, especialmente quando estavam em público. O ato de fumar no século XIX emerge dos documentos contemporâneos como uma atividade desprovida de influências ligadas ao conflito de classes – diferente do consumo de álcool. Isto até que alguém olhe para o papel que o ato de fumar desempenhou nos conflitos de classe passados no espaço público. Fumar, assim como beber, praticar esportes coletivos e demonstrar sexualidade, não era algo que polidamente se fazia nos espaços públicos: ruas, parques, restaurantes, etc.²² Enquanto o ato de fumar, por si só, poderia ser visto – e era visto – como um comportamento que unia classes, sua indulgência por membros de certas classes, grupos étnicos e gêneros no contexto social do espaço público revestia essa prática com significados subversivos e sensações de desconforto quando vistos por escritores das classes média e alta. Assim, o ato de fumar encontrou sua expressão na negociação de hegemonias tanto de classes quanto de gênero, servindo, muitas vezes como uma expressão de identidade e presença intrusiva.

Os materiais usados foram cruciais para o contexto do ato de fumar, sinalizando classes, *backgrounds* étnicos ou percepções de relações de gênero por parte do fumante. O uso combinado de documentos e artefatos escavados nos permite recuperar contextos e ações do passado e dos significados que os ligam. A coleção de cachimbos da hospedaria e residência de empregados do engenho de Boott evidencia que os fumantes da classe trabalhadora que lá viveram quebraram as hastes de certos tipos de cachimbo de argila branca para encurtá-los antes de seu uso. Dentro do contexto do comportamento contemporâneo, tais ações eram expressões claras de pertencimento às classes trabalhadoras.

da história, assim como uma retro-alimentação entre as duas disciplinas. Argumentamos que os arqueólogos históricos necessitam seguir os especialistas da cultura material (e.g. Mackiewicz, 1990), tornando-se cientes e receptivos a essas tendências. Talvez seja necessário que esperemos por uma “reantropologização” da arqueologia histórica.

²² O Conflito de classe nos comportamentos de lazer em lugares públicos foi intenso no nordeste urbano americano e permanece assim até hoje. Roy Rosenzweig (1983) utiliza a celebração de feriados, políticas de parques públicos e controle legislativo dos bares para traçar o curso desse conflito em Worcester, Massachusetts, durante o fim do século XIX e início do século XX.

A identidade étnica está claramente manifestada na presença da coleção de cachimbos que mostram *slogans* políticos irlandeses, tais como “soberania”, e os nomes de mártires irlandeses, tal como Wolfe Tone. Documentos produzidos, na maior parte, por escritores das classes média e alta podem ser combinados com evidências materiais ligadas às ações da classe trabalhadora para que se possa revelar os significados dessa classe.

DISCURSOS DE CONTROLE E DESAFIO

A análise detalhada de Kathleen H. Bond (1989a) envolvendo a correspondência da Boott Company trouxe à luz uma variedade de áreas de conflito entre trabalhadores e gerentes. Muitos dos problemas que surgiram envolvendo o comportamento dos trabalhadores e oficiais da companhia foram considerados inaceitáveis. Isso, porque os trabalhadores diminuíram a rentabilidade da corporação, ou porque certos comportamentos públicos eram destrutivos para a imagem que a corporação queria projetar. Em vários exemplos, os donos de pensão se sentiam censurados por tentar obter lucros extras, burlando regras sobre quem hospedar e como recolher aluguel, ou permitindo o consumo fiado de bebidas. Comportamentos aberrantes dos trabalhadores, especialmente o de beber em público, e atos de brutalidade eram, todavia, o alvo principal da ira do superintendente. Bond observou que temas internamente consistentes na correspondência revelam que os esforços da companhia em controlar a força de trabalho foram sistematicamente ineficazes. Ela associa esse fato com evidências de escavações arqueológicas para ilustrar a “preocupação” de natureza contraditória da companhia em relação aos seus trabalhadores (Bond, 1989a:35):

A informação colhida das cartas – de que os lotes das pensões eram sujos, de que a condição geral dos lotes de fundo eram precárias, e de que os trabalhadores consumiam álcool nas unidades concorre com evidências arqueológicas. Em alguns casos, as cartas eram escritas até mesmo para, ou sobre, indivíduos que viveram nas unidades investigadas arqueologicamente. A imagem ordenada e limpa dos engenhos que os proprietários se esforçavam para apresentar é desafiada com consistência ainda maior pelo registro arqueológico. A arqueologia ajuda a desnudar essa fachada de limpeza e ordem. Fazendo isso, ela expõe os esforços dos gerentes para regular o comportamento dos trabalhadores sem assumir uma responsabilidade equivalente em relação à vida desses trabalhadores. Os gerentes, entretanto, não eliminavam completamente certos comportamentos. Eles podiam apenas “purificar nossa corporação absolvendo os criminosos” e permanecendo vulneráveis, pelo menos em uma pequena proporção, às tentativas dos trabalhadores em controlar suas próprias vidas.

Muitas das evidências a que Bond se refere estão sob forma de recipientes de bebidas alcoólicas que foram encontrados nos quintais (Bond, 1989b). Além desses, havia ainda uma grande quantidade de garrafas medicinais e remédios dedicados a uma grande variedade de indisposições, todos com alto conteúdo de álcool. Está claro que beber era uma prática dominante a despeito dos incessantes esforços da corporação para eliminar e

prevenir tal prática. Bond (1989a:29) observa que os “trabalhadores bebiam por variadas razões – costumes étnicos, como meio de promover solidariedade na classe trabalhadora e para escapar temporariamente das realidades da pobreza – e que esse era um comportamento que eles decidiam assumir por si próprios. Se um trabalhador escolhia beber uísque, nenhuma quantidade de ensinamento moral mudaria esse fato. O registro arqueológico é um testemunho do fato de que o discurso entre trabalhadores e gerentes, sobre quem controlava o comportamento de lazer dos trabalhadores nas pensões, era passado nos pequenos e infundáveis atos da resistência do cotidiano, por meio de expressões às quais a gerência tinha, na verdade, pouquíssimo controle.

DISCURSO ATRAVÉS DO USO DA LOUÇA DOMÉSTICA

A política administrativa da corporação de Lowell envolvia paternalismo, mas era um paternalismo sem direitos. Era nos comportamentos de lazer e nas horas fora do trabalho, assim como na vestimenta pessoal, que os trabalhadores individuais se expressavam e sinalizavam suas filiações de etnia, sub-cultura e classe.

É bastante intrigante considerar, a esse respeito, o uso das louças de chá e conjuntos de mesa pelos residentes das habitações populares. Dutton (1989) descobriu que esse uso contrastava com os padrões da coleção de louça da pensão, o que pode ser associado à composição dos domicílios – domicílios corporativos *versus* nucleares, assim como a valores culturais. Deixando de lado os conjuntos de chá e café, as demais louças das duas coleções mostravam-se notadamente similares (tabelas 9.1 – 9.3). As louças do tipo *whiteware* não decoradas preponderam em ambas as coleções com pequenas porcentagens de louças em *transfer-printing* e pintadas à mão. A crescente disponibilidade de formas e tipos de louças de mesa no fim do século XIX diminui o número de diferenças observadas entre coleção de louças de domicílios com condições financeiras similares.

Tabela 9.1 Resumo das louças por tipo de pasta

Tipo de peça	Habitações populares		Pensão	
	N.	%	N.	%
Bennington	0	0	1	0,52
Creamware	1	1,16	5	2,61
Earthenware	0	0	1	0,52
Pearlware	2	2,32	1	0,52
Porcelana	11	12,79	8	4,18
Redware	12	13,95	12	6,28
Stoneware	3	3,48	11	5,75
Whiteware	56	65,11	149	78,01
Yellow ware	1	1,16	3	1,57
Total	86	100	191	100

Tabela 9.2 Resumo de tipos de recipientes

Forma da vasilha	Habitações populares		Pensão	
	N.	%	N.	%
Garrafa de cerveja (<i>ale</i>)	1	1,16	0	0
Tigela	18	20,93	50	26,17
Urinol	1	1,16	0	0
Jarro (<i>Crock</i>)	1	1,16	2	1,04
Xícara	13	15,11	22	11,51
Vaso de Flor	3	3,48	5	2,61
Tigela para molho	0	0	1	0,52
Jarro	4	4,65	4	2,09
Caneca	0	0	1	,52
Prato	10	11,62	30	15,70
Travessa	3	3,48	10	5,23
Panela	4	4,65	1	0,52
Pires	18	20,93	36	18,84
Chaleira	0	0	1	0,52
Bacia de banho	0	0	1	0,52
Não identificado	11	12,79	26	13,61
Total	87	100	190	100

A coleção de louças recuperadas na pensão e nos quintais das habitações populares em Lowell reflete dois tipos de domicílios da classe trabalhadora do final do século XIX que estavam em circunstâncias econômicas similares, mas com diferentes composições domiciliares. Padrões de compra de louças refletem estímulos à economia, ao mesmo tempo em que oferecem os meios necessários para o serviço e consumo de alimentos. Os residentes das casas populares procuraram emular hábitos à mesa da classe média por meio da inclusão de um número maior de peças, por indivíduo, nos conjuntos de mesa, mesmo que eles não tivessem uma função específica. Isso sugere que, para o caso das habitações populares, a função do recipiente era polivalente e que formas particulares serviam para funções que iam além daquela para a qual elas tinham sido planejadas. Na pensão, entretanto, o dono fornecia apenas o básico para o serviço e consumo de alimentos. As refeições completas eram servidas aos indivíduos em um único prato e com poucos acessórios (e.g., pratos de vegetais, pratos de pão e pratos de salada). Portanto, enquanto o residente das habitações populares procurava emular os principais rituais de refeição da classe média por meio da adaptação do seu limitado conjunto de louça com vistas a reproduzir o mais próximo possível um serviço de mesa de classe média, o dono da pensão, preocupado em oferecer o serviço básico a seus hóspedes, evitava tais refinamentos no uso funcional das peças de louça.

Um trabalho recente de outro arqueólogo histórico nos fornece os meios para entender a natureza dessas diferenças e suas razões. Wall (1987) pôde demonstrar através de análises de séries de coleções de louça de Nova Iorque dos séculos XVIII e XIX que as peças de mesa bem refletem um novo conjunto de valores que emergiu assim que a urbanização e a industrialização foram implantadas (ver também Mrozowski, 1988, que associa os valores disseminados no século XIX no caso do desenvolvimento de cidades americanas do século XVIII). Amostras de louça do final do segundo quarto do século XIX tendem a refletir um conjunto de ideais que se desenvolveram mais ou menos como uma resposta às mutáveis condições sociais trazidas pela industrialização e pela emergência da classe média. Liderando esses valores, estava a noção de separação da casa e do local de trabalho, uma vez que a esfera da mulher passou a ser a doméstica, e o trabalho apropriado para ela o de cuidar do domicílio (mas não necessariamente engajando-se fisicamente no trabalho doméstico). A noção de aspirar a refinamento e *status* de classe média através da adoção de padrões da classe média como o entretenimento cortês e apresentação social — especialmente através do consumo de chás — é interessante porque acrescenta uma dimensão à análise da louça além das considerações econômicas. É obvio que as louças eram, muitas vezes, tanto símbolos como objetos do dia-a-dia. Os arqueólogos históricos estão crescentemente desejosos de interpretar suas coleções de louça à luz das funções múltiplas que elas possuíam com o intuito de colocar o seu uso em seu contexto cultural apropriado. Burley (1989) e Yentsch (neste volume) são bons exemplos de tais análises. Tais estudos dão foco à mulher, revelando como, especialmente nos lares do século XIX, elas influenciavam a feição do domicílio. O exemplo do Forte Independence, em Boston, Massachusetts, deixa isso claro e oferece um *insight* para o caso de Lowell.

Tabela 9.3 Resumo de louça por decoração

Decoração	Habitações populares		Pensão	
	N.	%	N.	%
Decalcada	1	1,16	4	2,09
Dipped	0	0	3	1,57
Edged	6	6,97	11	5,75
Gilded	9	10,46	8	4,18
Pintada à mão	9	10,46	8	4,18
Vidrada	6	6,97	10	5,23
Moldada	9	10,46	29	15,18
Overglazed	1	1,16	0	0
Salt glazed	1	1,16	5	2,61
Sponge	3	3,48	6	3,14
Transfer-print	12	13,95	32	16,75
Sem decoração	28	32,55	74	38,75
Wash	1	1,16	1	0,52
Total	86	100	191	100

Clements (1989) descobriu que diferenças críticas ocorreram entre louças e recipientes de vidro. Não tanto nas coleções dos oficiais *versus* na dos alistados, mais entre as dos oficiais casados e as dos solteiros. Os depósitos dos domicílios de oficiais casados tinham, de longe, a maior proporção de recipientes de serviço de alimentos e entretenimento (e.g., louças de jantar finas em *transfer-printing pearlware* azul e branco ou porcelanas de Cantão, tais como terrinas, travessas, pratos, tigelinhas para vegetais, peças de chá, etc.). Ambas as coleções tinham recipientes de bebida — *steamware* e *tumblers*. No entanto, os depósitos dos quartéis dos solteiros tinham, significativamente, mais recipientes relacionados ao consumo de álcool que o de chá ou café, ou mesmo ao consumo de alimentos (provavelmente porque oficiais solteiros comiam no refeitório). Em depósitos dos quartéis dos oficiais casados, outros artefatos não relacionados à alimentação, destacadamente brinquedos, acentuam a imagem de que atividades familiares foram levadas a cabo nesses locais. A presença de mulheres e crianças, portanto, teve um efeito inconfundível nos registros arqueológicos. A influência estabilizadora da mulher não foi perdida no exército americano, o que encorajava seus oficiais a se casarem. Isso permitia a eles ter respeitabilidade e estabilidade, algo que os militares valorizavam imensamente em seus primeiros anos, quando eram confrontados com a oposição pública em relação à presença de um exército armado e com o medo — especialmente nos principais centros urbanos — dos possíveis efeitos negativos que deveriam trazer grandes números de homens independentes e de permanência temporária para a comunidade.

O exemplo do Forte Independence ganha vida quando lemos o lamento de um médico não casado do forte, que se queixava da instabilidade de sua vida, assinalando a vantagem que os seus superiores viam no casamento. Casamento, vida de casado e a necessidade de manter uma vida social de acordo com os valores da classe média teriam sido uma parte importante da vida cotidiana para os oficiais de um posto militar do início do século XIX. Todavia, nem todos os membros da guarnição militar adeririam a tal visão. Em um posto militar altamente estratificado, está longe de ser surpreendente que se encontrem diferenças hierárquicas reforçadas materialmente. A solidariedade entre as categorias era promovida através do uso da cultura material do mesmo modo em que foi usada de forma diferencial entre diferentes hierarquias. Além do mais, muita da diferença material percebida arqueologicamente refletia o fato de que os oficiais casados mantinham moradias convencionais, enquanto os oficiais não casados e homens alistados não as mantinham.

Parece provável que as diferenças entre coleções de louças das pensões e habitações populares do engenho de Lowell Boott podem ser igualmente atribuídas às diferenças entre arranjos domiciliares. Enquanto as mulheres estavam presentes e, talvez, fossem numericamente mais expressivas que os homens em ambas as moradias, as mulheres casadas cujas famílias alugavam as casas populares em Boott podiam aspirar a uma vida familiar estável e colocar em prática valores ligados à ideologia doméstica do século XIX por meio da estrutura de refeições e entretenimento na casa, especialmente durante o ritual do chá. Enquanto muitos desses valores foram expressos na administração “profis-

sional” das pensões pelos seus proprietários (Landon e Beaudry, 1988; Landon, 1989), a aquisição e uso de louças era bastante diferente nos dois tipos de moradias. Os residentes das pensões, fossem eles imigrantes ou “meninas do engenho”, não participavam do discurso através da seleção e uso da louça, embora fizessem refeições regulares nos pratos fornecidos pelos donos.²³ Os moradores das habitações populares, devido ao fato de serem responsáveis por suas próprias aquisições, podiam fazer, e faziam, uso ativo de itens de louça, não apenas como forma de auto-expressão, mas também na tentativa de criar novas identidades. Vistas dessa forma, as louças dos sítios históricos podem ser interpretadas como elementos do discurso social, e seus compradores como ativos participantes em tal discurso. Aqui, o discurso está embutido no domicílio e na vida em família e, portanto, em um contexto social diferente da expressão dos valores da classe trabalhadora através de cachimbos e do ato de beber em público.

CONCLUSÃO

O registro material, ou ao menos aquela porção dele que veio dos quintais onde uma vez existiu a pensão da companhia de Boott, pode ser visto como parte de um discurso hegemônico que tem mais a nos informar acerca daquilo que não é iluminado pelos registros documentais do que aquilo que é por eles iluminado. O material adiciona uma textura, uma *realidade*, para as superfícies do passado que são reveladas em impressos, preenchendo o que Raymond Williams (1977:110) chamou “a substância total das identidades e relações vividas”. O material não é visto aqui apenas como um produto passivo do comportamento econômico, mas como um componente instrumental das ações simbólicas. O fato de que comportamentos simbólicos são efêmeros torna seus traços materiais ainda mais importantes.

Em Lowell, nosso alvo tem sido o de ir além da distribuição econômica, cronológica e espacial na análise dos resíduos corriqueiros da vida cotidiana, como as garrafas de vidro, fragmentos de cachimbo e fragmentos de cerâmica. Premiados com ricas fontes documentais e registros arqueológicos carregados de dados, temos sido capazes de realizar buscas profundas na interpretação dos significados na cultura material, ao mesmo tempo em que mantemos uma forte conexão com o empírico. Essa combinação nos permite construir contextos em sua forma mais abrangente. Como Mary Douglas (1973:11-12) assinalou em seu comentário sobre a análise de Bourdieu (1973) acerca da “complexidade e riqueza” das regras de organização do espaço ao redor da casa Berber, “se o autor

²³ Consideramos que isso seja verdadeiro também para o uso da louça pelos residentes de Kirk Street Agent’s House que estavam muito próximos do topo da hierarquia econômica e social em Lowell. As formas dos recipientes não diferem muito daqueles encontrados nas pensões, nem nos cortes de carne representados pelos remanescentes faunísticos (ver Beaudry e Mrozowski, 1987b). Inferimos ainda, a partir do contexto cultural, que as ocasiões das refeições dos dois tipos de domicílio eram bastante diferentes em qualidade, apresentação e importância simbólica.

limita-se a um sistema de signos, digamos, mobiliário, ou à casa sem o seu exterior, ou à cultura material no todo sem os ritos que a sustentam e provérbios que cita, teria deixado escapar esses significados”. A atenção aos contextos culturais e históricos, assim como aos contextos arqueológicos, tanto na perspectiva ética quanto naêmica, nos sintoniza com os múltiplos significados que os artefatos têm para seus usuários. Analisando textos culturais, escritos ou, de outra forma, de “dentro para fora”, podemos começar a reconstruir os significados na voz ativa, nas múltiplas vozes da “maioria silenciosa” cujo discurso passado através dos artefatos revela que eles não eram, de modo algum, inarticulados.

REFERÊNCIAS

- ABERCROMBIE, Nicholas, HILL, Stephan and TURNER, Brian S. (1980) *The Dominant Ideology Thesis*. George Allen and Unwin, London.
- ALTHUSSER, Louis (1971) “Ideology and Ideological State Apparatuses (Notes Towards an Investigation)”. In *Lenin and Philosophy and other Essays*, ed. Louis Althusser, pp. 127-86. Monthly Review Press, New York.
- ASHMORE, Wendy and WILK, Richard R. (1988) “Household and Community in the Mesoamerican Past”. In *Household and Community in the Mesoamerican Past*, eds Richard R. Wilk and Wendy Ashmore, pp 1-27. University of New Mexico Press, Albuquerque.
- BARTHES, Roland (1957) “Le mythe, aujourd’hui”. In *Mythologies*, ed. Roland Barthes, pp. 191-247. Editions du Seuil, Paris.
- _____. (1964) *Elements of Semiology* (1967 edn). Hill and Wang, New York.
- _____. (1981) *Le grain de la voix, entretiens 1962-1980*. Editions du Seuil, Paris.
- Beaudry, Mary C. (1978) “Worth its Weight in Iron : Categories of Material Culture in early Virginia Probate Inventories”. *Quarterly Bulletin of the Archeological Society of Virginia* 33 (1), 19-26.
- _____. (1980a) “Or what Else You please to Call It”: *Folk semantic Domains in Early Virginia Probate Inventories*. Ph. D Dissertation, Brown University, Providence; University Microfilms International, Ann Arbor.
- _____. (1980b) “Analysis of Semi-Literate Text”. Paper presented at the Annual Meeting of Society for Historical Archaeology, Albuquerque, NM.
- _____. (1980c) “Pot-Shot, Jug-Bitten, Cup-Shaken: Object Language and Double Meanings”. Paper presented at the Annual Meetings of the American Anthropological Association, Washington, D.C.
- _____. (1986) “The Archaeology of Historical Land use in Massachusetts”. *Historical Archaeology* 20(2), 38-46.
- _____. (1988a) ed. *Documentary Archaeology in the New World*. Cambridge University Press, Cambridge.

- _____. (1988b) "Words for Things: Linguistic Analysis of Probate Inventories". In *Documentary Archaeology in the NewWorld*, ed. Mary C. Beaudry, pp.43-50. Cambridge University Press, Cambridge.
- _____. (n.d.) "Ethnography in Retrospect: The Archaeology of Everyday Life in Historical Times (A Review Essay)". In *Material Culture, WorldView, and Culture Change*, eds Mary C. Beaudry and Anne E. Yentsch. The Telford Press, Caldwell, NJ, forthcoming.
- BEAUDRY, Mary C. and MROZOWSKI, Stephen A. (eds) (1987a) *Interdisciplinary Investigations of the Boott Mills, Lowell, Massachusetts*. Vol. I: *Life at the Boarding Houses: A Preliminary Report*. Cultural Resources Management Study 18. US Department of the Interior, National Park Service, North Atlantic Regional Office, Boston.
- _____. (eds) (1987b) *Interdisciplinary Investigations of the Boott Mills, Lowell, Massachusetts Study 19*. US Department of the Interior, National Park Service, North Atlantic Regional Office, Boston.
- _____. (1988) "the Archaeology of Work and Home Life in Lowell, Massachusetts: As Interdisciplinary Study of the Boott Cotton Mills Corporation". *IA, the Journal of the Society for Industrial Archaeology* 14(2), 1-22.
- _____. (1989) *Interdisciplinary Investigations of the Boott Mills, Lowell, Massachusetts*. Vol. III: *The Boarding House System as a Way of Life*. Cultural Resources Management Study 21. US Department of the Interior, National Park Service, North Atlantic Regional Office, Boston.
- BEEAMAN, William O. (1976) *The Meaning of Stylistic Variation in Iranian Verbal Interaction*. Ph.D. dissertation, University of Chicago.
- BENNETT, Tony (1986) "Introduction: Popular Culture and 'the Turn to Gramsci". In *Popular Culture and Social Relations*, eds Tony Bennett, Colin Mercer, and Janet Woolcott, pp. xi-xix. Open University Press, Milton Keynes.
- BENNETT, Tony, MERCER, Colin and WOOLACOTT, Janet (eds) (1981) *Culture, Ideology, and Social Process*. Batsford Academic and Educational Ltd, London.
- _____. (1986) *Popular Culture and Social relations*. Open University Press, Milton Keynes.
- BINFORD, Lewis R. (1962) "A New Method for Calculating Dates from Kaolin Pipe Stem Fragments". *Southeastern archaeological Conference Newsletter* 9 (1), 19-21.
- _____. (1976) "Forty-seven Trips: A Case Study in the Character of Some Formation Processes of the Archaeological Record". In *The Interior Peoples of Northern Alaska*, ed. E. S. Hall, Jr, pp. 299-381. National Museum of Man, Mercury Series 49. Ottawa.
- _____. (1979) "Organization and Formation Processes: Looking at Curated Technologies". *Journal of Anthropological Research*
- _____. (1979) "Organization and Formation Processes: Looking at Curated Technologies". *Journal of Anthropological Research* 35, 195-208.
- _____. (1981) "Behavioral Archaeology and the "Pompeii Premise"". *Journal of Anthropological Research* 37, 255-73.
- _____. (1987) "Researching Ambiguity: Frames of Reference and Site Structure". In *Method and Theory for Activity Area Research: An Ethnoarchaeological Approach*, ed. Susan Kent, pp. 449-512. Columbia University Press, New York.

- BOGGS, Carl (1976) *Gramsci's Marxism*. Pluto Press, London.
- BOND, Kathleen H. (1989a) “*that we way may purify our corporation by discharging the offenders’: The Documentary Record of Social Control in the Boott Boardinghouses”. Vol.III: *The Boarding House System as aWay ofLife*, eds Mary C. Beaudry and Stephen A. Mrozowski, pp 23-36. Cultural Resources Management Study 21. US Department of the Interior, National Park Service, North Atlantic Office, Boston.
- _____. (1989b) “The Medicine, Alcohol, and Soda Vessels from the Boott Mills”. In *Interdisciplinary Investigations of the Boott Mills, Lowell, Massachusetts*. Vol. III: *The Boarding House System as aWay ofLife*, eds Mary C. Beaudry and Stephen A. Mrozowski, pp. 121-40. Cultural Resources Management Study 21. US Department of the Interior, National Park Service, North Atlantic Regional Office, Boston.
- BORDIEU, P. (1973) “The Berber House”. In *Rules and Meanings: The Anthropology of Everyday Knowledge*, ed. Mary Douglas, pp. 98-110. Penguin, Harmondsworth.
- BRADLEY, James W. (1987) *Evolution of the Onandoga Iroquois: Accommodating Change, 1500-1655*. Syracuse University press, Syracuse, NY.
- BRAGDON, Kathleen (1988) “Material Culture of the Christian Indians of the New England”. In *Documentary Archaeology in the NewWorld*, ed. Mary C. Beaudry, pp. 126-31. Cambridge University Press, Cambridge.
- BRENNER, Elise M. (1988) “Sociopolitical Implications of Mortuary Ritual Remains in 17th-Century Native Southern New England”. In *The Recovery of Meaning: Historical Archaeology in the Eastern United States*, eds Mark P. Leone and Park B. Potter, Jr, pp. 147-81. Smithsonian Institution Press, Washington, DC.
- BRONNER, Simon J. (1985) *American Material Culture and Folklife: A Prologue and Dialogue*. UMI Research Press, Ann Arbor.
- BURLEY, David V. (1989) “Function, Meaning and Context: Ambiguities in Ceramic Use by the *Hivernant* Metis of the Northwestern plains”. *Historical Archaeology* 23 (1), 97-106.
- CARVER, Martin O.H. (1987) “The Nature of Urban Deposits”. In *Urban Archaeology in Britain*, eds John Schofield and Roger leach, pp. 9-26. Council for British Archaeology Report No. 61.
- DE CERTEAU, Michel (1984) *The Practice of Everyday Life*. University of California Press, Berkeley.
- CHARTIER, Roger (1989) “Texts, Printings, Readings”. In *The New Cultural History*, ed. Lynn Hunt, pp. 154-75. University of California Press, Berkeley.
- CLEMENTS, Joyce (1989) *The Maturation of the American Military: A Case Study from Fort Independence, Boston, 1800-1820*. MA thesis, Department of Anthropology, University of Massachusetts, Boston.
- COOK, Lauren J. (1989) “Tobacco-Related Material Culture and the Construction of Working Class Culture”. In *Interdisciplinary Investigations of the Boott Mills, Lowell, Massachusetts*. Vol.III: *The Boarding House System as aWay ofLife*, eds Mary C. Beaudry and Stephen A. Mrozowski, pp. 209-30. Cultural Resources Management Study 21. US Department of the Interior, National Park Service, North Atlantic Regional Office, Boston.

- COURBIN, Paul (1988) *What is Archaeology? An Essay on the Nature of Archaeological Research*. (Trans. Paul Bahn). University of Chicago Press. Chicago.
- COWARD, Rosalind and ELLIS, John, (1977) *Language and Materialism: Developments in Semiology and the Theory of the Theory of the Subject*. Routledge and Kegan Paul, London.
- CROSBY, Constance A. (1988) "From Myth to History, or Why King Philip's Ghost Walks Abroad". In *The Recovery of Meaning: Historical Archaeology in the Eastern United States*, eds Mark P. Leone and Parker B. Potter, Jr. pp. 183-209. Smithsonian Institution Press, Washington, D.C.
- CSIKSENTMIHLYI, Mihalyi and Eugene Rochberg-Halton (1981) *The Meaning of Things: Domestic Symbols and the Self*. Cambridge University Press, Cambridge University Press, Cambridge.
- DARNTON, Robert (1984) *The Great Cat Massacre and Other Episodes in French Cultural History*. Basic Books, New York.
- DAVIS, Natalie Zemon (1983) *The Return of Martin Geurre*. Harvard University Press, Cambridge, MA.
- DEETZ, James J. F. (1967) *Invitation to Archaeology*. Natural History Press, New York.
- _____. (1977a) "Historical Archaeology as the Science of Material Culture". In *Historical Archaeology and the Importance of Material Things*, ed. Leland G. Ferguson, pp. 9-12. Special Publication Series 2. Society for Historical archaeology, Tucson, AZ.
- _____. (1977b) *In Small Things Forgotten: The Archaeology of Everyday Life in Early America*. Anchor Books, New York.
- _____. (1983) "Scientific Humanism and Humanistic Science: A Plea for Paradigmatic Pluralism in Historical Archaeology". *Geoscience and Man* 22, 27-34. Louisiana State University, Baton Rouge.
- _____. (1988a) "History and Archaeology Theory: Walter Taylor Revisited". *American Antiquity* 53(1), 13-22.
- _____. (1988b) "American Historical Archaeology: Methods and Results". *Science* 239 (22 January 1988), 362-67.
- _____. (1989) "Archaeography, Archaeology or Archeology?" *American Journal of Archaeology* 93, 429-35.
- DOUGLAS, Mary (1973) "Introduction". In *Rules and Meanings: The Anthropology of Everyday Knowledge*, ed. Mary Douglas, pp. 9-13. Penguin, Harmondsworth.
- DOUGLAS, Mary and ISHERWOOD, Baron (1979) *The World of Goods*. W. W. Norton, New York.
- DUTTON, David H. (1989) "Thrasher's China or Colored Porcelain: Ceramics from a Boott Mills Boardinghouse and Tenement". In *Interdisciplinary Investigations of the Boott Mills, Lowell, Massachusetts*. Vol. III: *The Boarding House System as a Way of Life*, eds Mary C. Beaudry and Stephen A. Mrozowski, pp. 83-120. Cultural Resources Management Study 21. US Department of the Interior, National Park Service, North Atlantic Regional Office, Boston.
- EARLE, Timothy K. and PREUCEL, Robert W. (1987) "Processual Archaeology and the Radical Critique". *Current Anthropology* 28 (4), 501-38.

- FERGUSON, Leland G. (ed.) (1977) *Historical Archaeology and the Importance of Material Things*. Special Publication Series 2. Society for Historical Archaeology, Tucson, AZ.
- FOUCAULT, Michel (1972) *The Archaeology of Knowledge and the Discourse on Language*. Tavistock, London.
- GEERTZ, Clifford (1980) *Negara: The Theatre State in Nineteenth-Century Bali*. Princeton University Press, Princeton, NJ.
- _____. (1982) *The Interpretation of Culture*. Basic Books, New York.
- _____. (1983) *Local Knowledge: Further Essays in Interpretative Anthropology*. Basic Books, New York.
- GIBBON, Guy (1989) *Explanation in Archaeology*. Basil Blackwell, Oxford.
- GIDDENS, Anthony (1981) *A Contemporary Critique of Historical Materialism*. Vol. 1: *Power, Property and the State (1987 edn)*. University of California Press, Berkeley.
- GLASSIE, Henry (1976) *Folk Housing in Middle Virginia: A Structural Study of Folk Artifacts*. University of Tennessee Press, Knoxville.
- _____. (1982) *Passing the Time in Ballymenone: Culture and History in an Ulster Community*. University of Pennsylvania Press, Philadelphia.
- GODBAY, Geoffrey (1981) *Leisure in Your Life: An Exploration*. Saunders College Publishing, Philadelphia.
- GOFFMAN, Erving (1971) *Relations in Public: Microstudies of the Public Order*. Harper and Row, New York.
- GREGORY, Michel and CARROLL, Susanne (1978) *Language and Situation: Language Varieties and Their Social Contexts*. Routledge and Kegan Paul, London.
- HALL, Martin (n.d.) "Small Things" and "The Mobile, Conflictual Fusion of Power, Fear and Desire". In *Material Culture, World View, and Culture Change*, eds Mary C. Beaudry and Anne E. Yentsch. The Telford Press, Caldwell, NJ, forthcoming.
- HAMELL, George R. (1983) "Trading in Metaphors: The Magic of Beads". In *Proceedings of the 1982 Glass Trade Bead Conference*, ed. Charles F. Hayes III, pp. 5-28. Research Records 16. Rochester Museum and Science Center Rochester, NY.
- _____. (1987) "Mythical Realities and European Contact in the Northeast during the Sixteenth and Seventeenth Centuries". *Man in the Northeast* 33, 63-87.
- HARGREAVES, Jennifer (1989) "The Promise and Problems of Women's Leisure and Sport". In *Leisure for Leisure: Critical Essays*, ed. Chris Rojek, pp. 130-49. Routledge, New York.
- HARRINGTON, Faith (1989) "The Emergent Elite in Early 18th Century Portsmouth: The Archaeology of Joseph Sherburne Houselot". *Historical Archaeology* 23(1), 2-18.
- HARRINGTON, J. C. (1954) "Dating Stem Fragments of Seventeenth and Eighteenth Century Clay Tobacco Pipes". *Quarterly Bulletin, Archaeological Society of Virginia* 9(1), not paginated.
- HAWKES, Terence (1977) *Structuralism and Semiotics*. University of California Press, Berkeley.
- HEATH, Stephen (1974) *Vertige du dEplacement*. Fayard, Paris.
- HEBDIGE, Dick (1979) *Subculture : The Meaning of Style*. Methuen, London.

- HODDER, Ian (1986) *Reading the Past: Current Approaches to Interpretation in Archaeology*. Cambridge University Press, Cambridge.
- _____. (1987a) "The Contribution of the long Term". In *Archaeology as Long-Term History*, ed. Ian Hodder, 1-8. Cambridge University Press, Cambridge.
- _____. (1987b) "The Contextual Analysis of Symbolic Meanings" In *The Archaeology of Contextual Meanings*, ed. Ian Hodder, pp. 1-10. Cambridge University Press, Cambridge.
- _____. (ed.) (1989a) *The Meanings of Things: Material Culture and Symbolic Expression*. Unwin Hyman, London.
- _____. (1989b) "Post-Modernism, Post-Structuralism, and Post-Processual Archaeology". In *The Meanings of Things: Material Culture and Symbolic Expression*, ed. Ian Hodder, pp. 64-78. Unwin Hyman, London.
- HONERKAMP, Nicholas and Council, R. Bruce (1984) "Individual Versus Corporate Adaptations in Urban Contexts". *Tennessee Anthropologist* 9(1), 22-31.
- HUIZINGA, Johan (1970) *Homo ludens: A Study of the Play Element in Culture*. J. & J. Harper, New York.
- HUNT, Lynn (ed.) (1989) *The Cultural History*. University of California Press, Berkeley.
- ISAAC, Rhys (1988) "Ethnographic Method in History: An Action Approach" In *Material Life in America, 1600-1860*, ed. Robert Blair St. George, pp. 39-61. Northeastern University Press, Boston.
- KRAMPEN, Martin (1979) "Survey of Current Work on the Semiology of Objects". In *A Semiotic Landscape: Proceedings of the First Congress of the International Association for Semiotic Studies, Milan, June 1974/ Panorama sEmiotique: Actes du premier congrEs de l'Association Internationale de sEmiotique, Milan, juin 1974*, eds Seymour Chatman, Umberto Eco, and Jean-Marie Klinkenburg, pp.158-68. Mouton, The Hague.
- KRUESCH, Jurgen and KEES, Weldon (1956) *Nonverbal Communication: Notes on the Visual Perception of Human Relations (1972edn)*. University of California Press, Berkely.
- LANDON, David B. (1989) "Domestic Ideology and the Economics of Boardinghouse Keeping" in *Interdisciplinary Investigations of the Boott Mills, Lowell, Massachusetts*. Vol.III: *The Boarding House System as a Way of Life*, eds Mary C. Beaudry and Stephen A. Mrozowski, pp. 37-48. Cultural Resources Management Study 21. US Department of the Interior, National Park Service, North Atlantic Regional Office, Boston.
- LANDON, David B. and BEAUDRY, Mary C. (1988) "Domestic Ideology and the Boardinghouse system in Lowell, Massachusetts" Paper presented to the Annual Meeting of the Dublin Seminar on New England Folklife, Durham, NH.
- LARKIN, Jack (1988) *The Reshaping of Everyday Life 1790-1840*. Harper and Row, New York.
- LEACH, Edmund (1982) *Social Anthropology*. Oxford University Press, New York.
- LEONE, Mark P. (1972) "Issues in Anthropological archaeology". In *Contemporary Archaeology: A Guide to Theory and contributions*, ed. Mark P. Leone, pp. 14-27. Southern Illinois University Press, Carbondale.

- _____. (1984) "Interpreting Ideology in Historical Archaeology: Using the Rules of Perspective in the William Paca Garden in Annapolis, Maryland". In *Ideology, Power, and Prehistory*, eds Daniel Miller and Christopher Tilley, pp. 25-35. Cambridge, University Press, Cambridge.
- _____. (1986) "Symbolic, Structural and Critical Archaeology". In *American Archaeology Past and Future: A Celebration of the Society for American Archaeology 1935-1985*, eds David J. Meltzer, Don D. Fowler, and Jeremy Sabloff, pp. 413-38. Smithsonian Institution Press, Washington, D.C.
- _____. (1987) "Rule by Ostentation: The Relationship Between Space and Sight in Eighteenth-Century Landscape Architecture in the Chesapeake Region of Maryland". In *Method and Theory for Activity Area Research: An Ethnoarchaeological Approach*, ed. Susan Kent, pp. 604-33. Columbia University Press, New York.
- _____. (1988a) "The Relationship Between Archaeological Data and the Documentary Record: 18th Century Gardens in Annapolis, Maryland". *Historical Archaeology* 22(1), 29-35.
- _____. (1988b) "The Georgian Order as the Order of Merchant Capitalism in Annapolis, Maryland". In *The Recovery of Meaning: Historical Archaeology in the Eastern United States*, eds Mark P. Leone and Parker B. Potter, Jr. pp. 235-61. Smithsonian Institution Press, Washington, D.C.
- _____. (1989) "Issues in Historic Landscapes and Gardens". *Historical Archaeology* 23(1), 45-7.
- LEONE, Mark P. and CROSBY, Constance A. (1987) "Epilogue: Middle-Range Theory in Historical Archaeology". In *Consumer Choice in Historical Archaeology*, ed. Suzanne M. Spencer-Wood, pp. 397-411. Plenum Press, New York.
- LEONE, Mark P., KRYDER-REID, Elizabeth, ERNSTEIN, Julie H. and SHACKEL, Paul A. (1989) "Power Gardens of Annapolis". *Archaeology* 42(2), 35-9, 74-5.
- LEONE, Mark P. and POTTER JR, Parker B. (eds) (1988a) *The Recovery of Meaning: Historical Archaeology in the Eastern United States*. Smithsonian Institution Press, Washington, D.C.
- _____. (1988b) "Introduction: Issues In Historical Archaeology". In *The Recovery of Meaning: Historical Archaeology in the Eastern United States*, eds Mark P. Leone and Parker B. Potter, Jr, pp. 1-22. Smithsonian Institution Press, Washington, D.C.
- LEONE, Mark P., POTTER JR, Parker B. and SHACKEL, Paul A. (1987) "Toward a Critical Archaeology". *Current Anthropology* 28(3), 283-302.
- LITTLE, Barbara and SHACKEL, Paul A. (1989) "Scales of Historical Anthropology: An Archaeological of Colonial Anglo-America". *Antiquity* 63(240), 495-509.
- LOFLAND, Lyn H. (1973) *A World Strangers: Order and Action in Public Space*. Basic Books, New York.
- MCGUIRE, Randall H. (1988) "Dialogues with the Dead: Ideology and the Cemetery". In *The Recovery of Meaning: Historical Archaeology in the Eastern United States*, eds Mark P. Leone and Parker B. Potter, Jr, pp. 435-80. Smithsonian Institution Press, Washington, D.C.

- MCKEE, Larry (1987) "Delineating Ethnicity from the Garbage of Early Virginians: the Faunal Remains from the Kingsmill Plantation Slave Quarter". *American Archaeology* 6(1), 31-9.
- _____. (1988) *Plantation Food Supply in Nineteenth Century Tidewater Virginia*. Ph.d. dissertation, University of California, Berkeley.
- _____. (n.d.) "The Ideals and realities Behind the Design and Use of Nineteenth Century Virginia Slave Cabins". In *Material Culture, World view, and Culture Change*, eds Mary C. Beaudry and Anne E. Yentsch. The Telford Press, Caldwell, NJ, forthcoming.
- MACKIEWICZ, Susan (1990) *Philadelphia Flourishing: The Material World of Philadelphians, 1682-1760*. Ph.D. dissertation University of Delaware, Newark.
- MALONE, Dumas (ed.) (1946) *Dictionary of American Biography*. Charles Scribner's Sons, New York.
- MARCUS, George E. and FISCHER, Michael M.J. (1986) *Anthropology as Cultural Critique: An Experimental Moment in the Human Sciences*. University of Chicago Press, Chicago.
- MASCIA-LEES, Frances E., SHARPE, Patricia, and COHEN, Colleen Ballerino (1989) "The Postmodernist Turn in Anthropology: Cautions from a Feminist Perspective". *Signs* 15(1), 7-33.
- MELAS, E. M. (1989) "Emic, Etics, and Empathy in Archaeological Theory". In *The Meaning of Things: Material Culture and Symbolic Expression*, ed. Ian Hodder, pp. 137-55. Unwin Hyman, London.
- MERCER, Colin (1986) "Complicit Pleasures". In *Popular Culture and Social Relations*, eds Tony Bennett, Colin Mercer, and Janet Woolacott, pp. 50-68. Open University Press, Milton Keynes.
- MERRELL, James H. (1988) "The Indians' New World: The Catawba Experience". In *Material Life in America, 1600-1860*, ed. Robert Blair St. George, pp.95-112. Northeastern University Press, Boston.
- _____. (1989) "Stone Thoughts on Colonial Historians and American Indians". *The William and Mary Quarterly* 46(1), 94-119.
- MILLER, Daniel (1987) *Material Culture and Mass Consumption*. Basil Blackwell, Oxford.
- MILLER, Geroge L. (1980) "Classification and Economic Scaling of Nineteenth Century Ceramics". *Historical Archaeology* 14, 1-40.
- MROZOWSKI, Stephan A. (1984) "Prospect and Perspective on an Archaeology of the Household". *Man in the Northeast* 27, 31-49.
- _____. (1988) "For Gentlemen of Capacity and Leisure': The Archaeology of Colonial Newspapers". In *Documentary Archaeology I the New World*, ed. Mary C. Beaudry, pp. 184-91. Cambridge University Press, Cambridge.
- NOEL HUME, Ivor (1969) *A Guide to Artifacts of Colonial America*. Alfred A. Knopf, New York.
- O'BRIEN, Patricia (1989) "Michel Foucault's History of Culture". In *The New Cultural History*, ed. Lynn Hunt, pp. 25-46. University of California Press, Berkeley.

- ORSER, Charles E., Jr. (1988) "Toward a Theory of Power for Historical Archaeology: Plantations and Space". In *The Recovery of Meaning: Historical Archaeology in the eastern United States*, eds Mark P. Leone and Parker B. Potter, Jr, pp. 313-43. Smithsonian Institution Press, Washington, D.C.
- PAYNTER, Robert (1984) "Social Dynamics and New England Archaeology". *Man in the Northeast* 27, 1-11.
- _____. (1988) "Steps to an Archaeology of Capitalism: material Change and Class Analysis". In *The Recovery of Meaning: Historical Archaeology in the eastern United States*, eds Mark P. Leone and Parker B. Potter, Jr, pp. 407-33. Smithsonian Institution Press, Washington, D.C.
- PENA, J. Theodore and PENA, Elizabeth S. (1988) Review of *The Archaeology of Slavery and Plantation Life*, ed. Teresa Singleton. *American Journal of Archaeology* 92, 153-5.
- PIEPER, Joseph (1952) *Leisure, the Basis of Culture*. Pantheon, New York.
- PRAETZELLIS, Adrian, PRAETZELLIS, Mary, and BROWN III, Marley (eds) (1980) *The Archaeology of the Golden Eagle Site*. Anthropological Studies Center, Sonoma State University, Rohnert Park, CA.
- _____. (1987) "Artifacts as Symbols of Identity: An Example from Sacramento's Gold Rush Era Chinese Community". In *Living in Cities: Current Research in Urban Archaeology*, ed. Edward Staski, pp. 38-47. Special Publication Series 5. Society for Historical Archaeology, Pleasant Hill, CA.
- _____. (1988) "What Happened to the Silent Majority? Research Strategies for Studying Dominant Group Material Culture in Late Nineteenth-Century California". In *Documentary Archaeology in the newWorld*, ed. Mary C. Beaudry, pp. 192-202. Cambridge University Press, Cambridge.
- PROWN, Jules David (1988) "Mind in Matter: An Introduction to Material Culture Theory and Method". In *Material Life in America, 1600-1860*, ed. Robert Blair St. George, pp. 17-37. Northeastern University Press, Boston.
- QUIMBY, Ian M. G. (ed) (1978) *Material Culture and the Study of American Life*. W. W. Norton, New York.
- RABINOW, Paul and SULLIVAN, William M. (eds) (1979) *Interpretative Social Science: A Reader*. University of California Press, Berkeley.
- _____. (1987) *Interpretative Social Science: A second Look*. University of California Press, Berkeley.
- ROBERTS, Warren E. (1985) [Untitled essay on material culture studies]. *Material Culture* 17, 89-93.
- ROJEK, Chris (1989) "Leisure and 'The Ruins of the Bourgeois World'". In *Leisure for Leisure: Critical Essays*, ed. Chris Rojek, pp. 92-112. Routledge, New York.
- ROSENZWEIG, Roy (1983) *Eighth Hours for What We Will: Workers and Leisure in an Industrial City, 1870-1920*. Cambridge University Press, Cambridge.
- RUBERTONE, Patricia E. (1989) "Archaeology, Colonialism and 17th-century Native America: Towards an Alternative Interpretation". In *Conflict in the Archaeology of Living Traditions*, ed. Robert Layton, pp. 32-45. Unwin Hyman, London.

- SAHLINS, Marshall D. (1981) *Historical Metaphors and Mythical Realities: Structure in the Mythology of the Sandwich Island Kingdom*. University of Michigan Press, Ann Arbor.
- _____. (1985) *Islands of History*. University of Chicago Press, Chicago.
- ST. GEORGE, Robert Blair (1984) "Heated Speech and Literacy in Seventeenth-Century New England". In *Seventeenth Century New England*, eds David D. Hall and David G. Allen, pp. 275-309. University Press of Virginia, Charlottesville.
- _____. (1988a) "Introduction". In *Material Life in America, 1600-1860*, pp. 3-13. Northeastern Press, Boston.
- _____. (ed.) (1988b) *Material Life in America, 1600-1860*. Northeastern Press, Boston.
- SCHIFFER, Michael B. (1987) *Formation Process of the Archaeological Record*. University of New Mexico Press, Albuquerque.
- SCHLERETH, Thomas (ed) (1980) *Artifacts and the American Past*. American Association for State and Local History, Nashville, TN.
- _____. (1982) *Material Culture Studies in America*. American Association for State and Local History, Nashville, TN.
- _____. (ed) (1985) *Material Culture: Research Guide*. University Press of Kansas, Lawrence.
- SCHMIDT, Peter R. and MROZOWSKI, Stephen A. (1983) "History, Smugglers, Change, and Shipwrecks". In *Shipwreck Anthropology*, ed. Richard A. Gould, pp.143-71. University of New Mexico Press, Albuquerque.
- SCHRIRE, Carmel (n.d.) "Digging Archivist at Oudepost I, Cape, South Africa". In *Material Culture, World Views, and Culture Change*, eds Mary C. Beaudry and Anne E. Yentsch. The Telford Press, Caldwell, NJ, forthcoming.
- SCHUYLER, Robert L. (1978) "The Spoken Word, the Written Word, Observed Behavior, and Preserved Behavior: The Contexts Available to the Archaeologist". In *Historical Archaeology: A Guide to Substantive and Theoretical Contributions*, ed. Robert L. Schuyler, pp. 267-77. Baywood Press, Farmingdale, NY.
- _____. (1988) "Archaeological Remains, Documents, and Anthropology: A Call for a New Culture History." *Historical Archaeology* 22(1), 36-42.
- SCOTT, James (1985) *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. Yale University Press, London.
- SENNETT, Richard (1978) *The Fall of Public Man*. Vintage Books, New York.
- SHANKS, Michael and TILLEY, Christopher (1982) "Ideology, Symbolic Power and Ritual Communication: A Reinterpretation of Neolithic Mortuary Practices". In *Symbolic and Structural Archaeology*, ed. Ian Hodder, pp. 129-54. Cambridge University Press, Cambridge.
- _____. (1987) *Social Theory and Archaeology*. University of New Mexico Press, Albuquerque.
- SHENNAN, Stephen (1982) "Ideology, Change, and the European Early Bronze Age". In *Symbolic and Structural Archaeology*, ed. Ian Hodder, pp. 155-61. Cambridge University Press, Cambridge.
- SOUTH, Stanley (1977) *Method and Theory in Historical Archaeology*. Academic Press, New York.

- _____. (1978) "Pattern Recognition in Historical Archaeology". *American Antiquity* 43(2), 223-30.
- _____. (1979) "Historic Site Content, Structure, and Function". *American Antiquity* 44, 213-37.
- _____. (1988) "Santa Elena: Threshold of Conquest". In *The Recovery of Meaning: Historical Archaeology in the Eastern United States*, eds Mark P. Leone and Parker B. Potter, Jr, pp. 27-71. Smithsonian Institution Press, Washington, DC.
- STEDMAN JONES, Gareth (1977) "Class Expression versus Social Control? A Critique of Recent Trends in the Social History of 'Leisure'". *History Workshop* 4, 162-70.
- STONE, Lyle M. (1974) *Fort Michilimackinac 1715-1781: An Archaeological Perspective on the Revolutionary Frontier*. Michigan State University Press, East Lansing.
- STURTEVANT, William C. (1964) "Studies in Ethnoscience". *American Anthropologist* 66(3), 99-131.
- TAYLOR, Charles (1979) "Interpretation and the Sciences of Man". In *Interpretative Social Science*, eds Paul Rabinow and William M. Sullivan. University of California Press, Berkeley.
- TAYLOR, Walter W. (1948) *A Study of Archaeology* (1967 edn). Southern Illinois University Press, Carbondale.
- THOMPSON, E.P. (1963) *The meaning of the English Working Class* (1966 edn), Vintage, New York.
- _____. (1978) "Eighteenth-century English Society; Class Struggle Without Class?" *Social History* 3(2), 133-65.
- TILLEY, Christopher (1989) "Interpreting Material Culture". In *The Meanings of Things: Material Culture and Symbolic expression*, ed. Ian Hodder, pp. 185-94. Unwin Hyman, London.
- TURNER, Victor (1974) *Dramas, Fields, and Metaphors: Symbolic Action in Human Society*. Cornell University Press, Ithaca, NY.
- UPTON, Dell (1983) "The Power of Things: Recent Studies in American Vernacular Architecture". *American Quarterly* 35, 262-79.
- _____. (1985) "White and Black Landscapes in Eighteenth-Century Virginia". *Places* 2(2), 59-72.
- WAGNER, Roy (1975) *The Invention of Culture* (1981 edn). University Chicago Press, Chicago.
- WALKER, Iain C. (1965) "Some Thoughts on the Harrington and Binford Systems for Statistically Dating Clay Pipes". *Quarterly Bulletin, Archeological Society of Virginia* 20(2), 60-4.
- _____. (1967) "Statistical Methods for Dating Clay Pipe Fragments". *Post-Medieval Archaeology* (1967), 90-101.
- _____. (1977) "Clay Tobacco-Pipes, with Particular Reference to the Bristol Industry". *History and Archaeology* (Parks Canada, Ottawa), 11A-D.
- _____. (1983) "Nineteenth-Century Clay Tobacco Pipes in Canada". In *The Archaeology of the Clay Pipe. VIII: America*, ed. Peter Davey. BAR International Series 175. Oxford.

- WALL, Diana diZerega (1987) *At Home in New York: Changing Family Life Among the Propertied in the Late Eighteenth and Early Nineteenth Centuries*. Ph.D. dissertation, New York University.
- WELLS, Camille (1986) "Old Claims and New Demands: Vernacular Architecture Studies Today". In *Perspectives in Vernacular Architecture*, II, ed. Camille Wells, pp. 1-10. University of Missouri Press, Columbia.
- WILLIAMS, Michael Ann (1986) "The Little 'Big House': The Use and Meaning of the Single-Pen Dwelling". In *Perspective in Vernacular Architecture*, II, ed. Camille Wells, pp. 130-6. University of Missouri Press, Columbia.
- _____. (1990) "Pride and Prejudice: Understanding the Appalachian Boxed House". Lecture to the Boston University American Studies Program, January 26, 1990, Boston, MA.
- WILLIAMS, Raymond (1977) *Marxism and Literature*. Oxford university Press, Oxford.
- WOBST, H. M. (1977) "Stylistics Behavior and Information Exchange". In *For The Director Research Essays in Honor of James B. Griffin*, ed. Charles E. Cleland, pp. 317-42. Anthropological Papers of the Museum of Anthropology 61. University of Michigan, Ann Arbor.
- WYLIE, Alison (1989) "Gender Theory and the Archaeological Record: Why Is There No Archaeology of Gender?" Paper presented at the Annual Meetings of the Society for American Archaeology, Atlanta, Georgia.
- YENTSCH, Anne E. (1975) *Understanding Seventeenth-and Eighteenth-Century Families – An Experiment in Historical Ethnography*. Unpublished Master's Thesis, Department of Anthropology, Brown University, Providence.
- _____. (1988a) "Legends, Houses, Families, and Myths: Relationships between Material Culture and American Ideology." In *Documentary Archaeology in the NewWorld*, ed. Mary C. Beaudry, pp. 5-19. Cambridge University Press, Cambridge.
- _____. (1988b) "Farming, Fishing, Whaling, Trading: Land and Sea as Resource on 18th-Century Cape Cod." In *Documentary Archaeology in the NewWorld*, ed. Mary C. Beaudry, pp. 138-60. Cambridge University Press, Cambridge.
- _____. (1988c) "Some Options on the Importance of Context" Paper presented at the 22nd Annual Meeting of the Council for Northeast Historical Archaeology, QuEbec.
- _____. (1989) "Access and Space, Symbolic and Material, in Historical Archaeology". Paper presented at the 22nd Annual Chacmool Conferece, Calgary, Alberta.
- _____. (1990) "The Calvert Orangery in Annapolis, Maryland: A Horticultural Symbol of Power and Prestige in an Early 18th-Century Community". In *Earth Patterns: Essays in Landscapes Archaeology*, ed. William M. Kelso, pp. 169-87. University Press of Virginia, Charlottesville.
- _____. (n.d.) "The Use of Land and Scape on Lot 83, Annapolis, Maryland". In *New Perspective on Maryland Archaeology*, eds R.J. Dent and B.J. Little. Special Publication of the Maryland Archaeology Society, forthcoming.
- YENTSCH, Anne E. and MCKEE, Larry (1987) "Footprints of Buildings in Eighteenth-Century Annapolis". *American Archeology* 6(1), 40-50.

- YENTSCH, Anne E., MILLER, Naomi, PACA, Barbara, and PIPERNO, Dolores (1987) "Archaeologically Defining the Earlier Garden Landscapes at Morven: Preliminary Results". *Northeast Historical Archaeology* 16, 1-30.
- ZIESING, Grace H. (1989) "Analysis of Personal Effects from Excavations of the Boott Mills Boardinghouses Backlots in Lowell". In *Interdisciplinary Investigations of the Boott Mills, Lowell, Massachusetts*. Vol.III: *The Boarding House System as a Way of Life*, eds Mary C. Beaudry and Stephen A. Mrozowski, pp.141-68. Cultural Resources Management Study 21. US Department of the Interior, National Park Service, North Atlantic Regional Office, Boston.

